

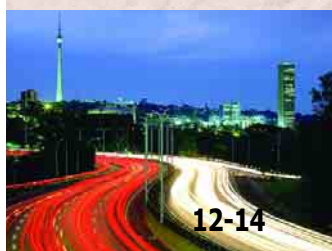


A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC Hoje, Vol 9 No 1 Abril 2006

INTERIORES...



Desenvolvimento de infraestruturas, prioridade para a integração regional

POLÍTICA	3-4
COMÉRCIO	5-6
ENERGIA	7-8
ELEIÇÕES	9
GESTÃO DE CATÁSTROFES	10
SEGURANÇA ALIMENTAR	11
CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO	12-14
PERFIL	15-16
MEIO AMBIENTE	17
CLIMA	18
INOVAÇÕES	19
NEGÓCIOS	20
COMUNIDADE	21
LIVROS	22
EVENTOS	23
HISTÓRIA HOJE	24

por Joseph Ngwawi

OS ESTADOS membro da SADC estão a cooperar para o desenvolvimento de infraestruturas e identificaram quatro áreas chave de intervenção para conduzir iniciativas nesta área.

A intervenção no apoio infrastructural foi colocada no núcleo da agenda da edificação da comunidade regional e esforços concertados estão a ser feitos para se assegurar a disponibilidade de um sistema integrado, eficiente e custo-efectivo de apoio ao desenvolvimento económico e o comércio regionais.

As áreas de intervenção são destacadas no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) - guião regional de 15 anos.

Estes incluem assegurar a disponibilidade de fontes de energia seguras e custo-efectivas; e uso do turismo para se alcançar o desenvolvimento sócio-económico sustentável e como um incentivo para a conservação dos recursos naturais da região.

Outras áreas de intervenção são a provisão de sistemas eficientes, custo-efectivos e seguros de transporte, comunicações e meteorologia; e a

promoção da gestão integrada e desenvolvimento de recursos hídricos e sua partilha equitativa para benefício mútuo.

Progressos significativos foram feitos para melhorar o nível e a qualidade das infraestruturas na região a fim de atrair o investimento, aumentar a competitividade e promover o comércio.

Na área da energia, a exploração comum de energia esteve no núcleo das iniciativas regionais.

O plano é conseguir 100 por cento de conectividade à rede regional de energia para todos os Estados membro até 2012 e ter pelo menos 70 por cento de todas as habitações rurais com acesso à electricidade até 2018.

Muitos esforços foram direccionados no impulso da capacidade de geração de electricidade da África Austral, com quase 50 projectos a curto e longo prazos actualmente em progresso ou marcados para o desenvolvimento futuro.

Os novos projectos aumentarão a capacidade total de geração de electricidade da SADC em mais de 42.000 megawatts (Mw) entre 2007 e 2027.

A presente capacidade combinada é somente de 52.743 Mw, dos quais 45.000 Mw estão disponíveis para distribuição aos consumidores.

continua na página 2

Desenvolvimento de infraestruturas

continuação da página 1

O objectivo final é transformar o Grupo de Energia da África Austral (SAPP) de cooperativa a um grupo competitivo e criar um mercado regional de electricidade.

Para reforçar a auto-suficiência em recursos derivados do petróleo e do gás, a África Austral está também a empreender a exploração e o desenvolvimento comum destes produtos.

A cooperação nesta área inclui a harmonização das políticas, regulamentos e legislações para facilitar o comércio transfronteiriço, melhorar a capacidade de utilização e a ligação na obtenção comum de produtos derivados do petróleo no mercado mundial.

Uma infra-estrutura robusta de turismo é vista também como chave para se aprofundar a integração e o desenvolvimento regionais. Entre os objectivos para os Estados membro da SADC também faz parte a introdução do visto universal até 2008.

O sistema UV da SADC facilitará as deslocamentos intra-regionais através da remoção de restrições do visto e harmonização de procedimentos de imigração, assim como a facilitação de movimentos transfronteiriços de turistas internacionais.

A harmonização de políticas do turismo e de imigração, legislação e de padrões deve ser terminada até 2008.

Incentivado pelo Protocolo sobre a Facilitação do Movimento das Pessoas na SADC assinado em Agosto de 2005, pelo menos sete países na região assinaram acordos bilaterais renunciando exigências do visto para cidadãos de cada Estado.

Os sistemas do transporte da região, particularmente os caminhos de ferro, foram construídos inicialmente partindo dos portos litorais para fornecer às antigas potências coloniais o acesso e o controle sobre as áreas do interior. Quando os centros urbanos e industriais começaram a desenvolver, o foco

mudou para transportes no interior.

Entretanto, de uma perspectiva regional, as rotas ou os corredores baseados em portos continuam a ser importantes para os países do interior, particularmente no comércio internacional. O sistema regional dos transportes oferece à maioria dos países do interior uma opção de rotas ao mar através dos sistemas de estradas, caminhos de ferro e de portos com capacidade adequada. Espera-se que os investimentos recentes e em curso aumentem a escala das opções.

Houve também um interesse considerável nos corredores de

transporte, que ligam portos e seus sistemas de estrada e de caminhos de ferro ao investimento na indústria, na mineração, na agricultura e no turismo.

O conceito está a ser levado à toda a região. (Veja página 12-14)

Muito trabalho foi posto também na facilitação do desenvolvimento de infraestruturas hídricas, planos abrangentes particularmente detalhados de bacias integradas e melhoria de estruturas legais e regulatórias aos níveis nacionais e regional para assegurar políticas e legislações harmonizadas.

Um Programa estratégico de Desenvolvimento de

Infraestruturas Hídricas está a ser desenvolvido, visando responder a três questões de água para a segurança alimentar, fornecimento de água e saneamento, e água para a geração da hidroenergia.

O Protocolo da SADC sobre Cursos de Água Compartilhados, que entrou em vigor em Setembro de 2003 após a ratificação por dois terços dos Estados membro da SADC, foi instrumental na melhoria da cooperação na gestão comum das bacias dos 15 rios compartilhados da região e ao evitar conflitos sobre recursos hídricos.

A rede de caminhos de ferro prolonga-se por uma rota de 36.000 quilómetros

A REDE de caminhos de ferro da África Austral estende à área continental da SADC.

A rede cobre 36.000 quilómetros, opera 150.000 vagões de carga usando 4.000 locomotivas e transportam cerca de 200 milhões de toneladas do tráfico por ano.

A rede constitui a maior proporção dos 51.000 Km de rota em toda a África, e tem uma capacidade estimada de 350 milhões de toneladas por ano.

O declínio paulatino da fatia do tráfico dos caminhos de ferro na região desde o princípio dos anos 90 e a inabilidade dos governos em continuar com os subsídios de financiamento trouxe a necessidade da adopção de uma abordagem dos negócios dos caminhos de ferro baseada no Mercado.

A eficiência de custo e a provisão de serviços de uma paragem única tornaram-se os objectivos.

Os Chefes dos caminhos de ferro na África Austral reuniram-se em 1993 e acordaram com um Plano de Acção Regional (RAP), com a execução a ser chefiada pela Associação dos Caminhos de Ferro da África Austral (SARA) após sua formação em 1996.

O RAP envolveu um redesenho dos serviços dos

caminhos de ferro em conformidade com as exigências e provisão do serviço a um custo competitivo, melhoria da previsibilidade e segurança dos serviços de transporte ferroviário e oferta dum serviço de uma paragem única em toda a região sem restrição de fronteiras nacionais.

Os padrões e as práticas harmonizadas foram vistos como uma contribuição a promoção do comércio dentro da região, bem como no mercado global internacional reduzindo a contribuição do transporte ao custo de produção.

A cooperação regional nesta área revolveu em torno da substituição comum e recproca de novas peças nas máquinas em circulação, troca do equipamento incluindo o agrupamento dos recursos para aumentar a utilização, ciclos uniformes de manutenção para o equipamento e treinamento conjunto dos funcionários.

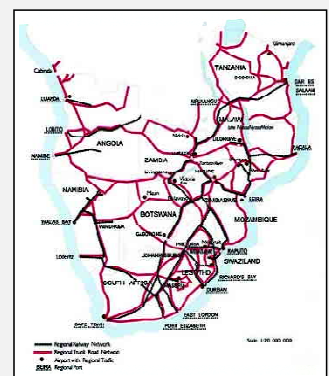
Enquanto a harmonização geral das práticas foi reconhecida como chave na melhoria dos serviços, as variações na natureza dos fluxos do tráfico nas diferentes secções da região significaram que algumas das empresas dos caminhos de ferro tiveram que trabalhar mais



próximos de alguns e menos com outros.

Consequentemente, as várias companhias dos caminhos de ferro nacionais foram categorizadas em grupos do corredor, cada um consistindo de caminhos de ferro que formavam uma rota transportando fluxos consistentemente similares de tráfico.

Onze corredores foram inicialmente identificados mas estes foram alinhados mais tarde a alguns dos corredores económicos regionais criados para permitir o desenvolvimento através da atração do investimento.



Rumo à uma nova parceria

Conferência consultiva da SADC 2006

ESPERA-SE QUE uma nova estrutura de parceria venha a emergir de uma conferência consultiva de alto nível entre a SADC e seus Parceiros de Cooperação Internacional (PCIs) na capital da Namíbia, Windhoek, a 26-27 de Abril.

A conferência consultiva da SADC de 2006 procura mobilizar recursos para a execução dos dois planos de desenvolvimento da comunidade regional.

Estes são o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) e o Plano Indicativo Estratégico do Órgão sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO).

Os dois documentos estratégicos identificam as áreas principais de intervenção que dirigirão a agenda da integração e do desenvolvimento da região durante um período de 15 anos. Estes variam do desenvolvimento sócio-económico às questões da política, defesa e segurança.

Com marcos que são divididos em períodos de um ano, cinco anos e 15 anos, os planos são estruturados e alinhados aos fins mais abrangentes, objectivos e à estrutura de execução da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

Para apoiar os Estados membro a alcançarem objectivos nacionais, continentais e internacionais acordados, estes planos estratégicos jogam um papel crítico ao posicionar a SADC como um dos blocos de edificação da União Africana, e um actor chave global.

Estes planos regionais foram adoptados na cimeira de Chefes de Estado e de Governo em 2003 e lançados no ano seguinte. A ligação em falta no enigma do *jigsaw* é a parceria que pode dirigir, apoiar e monitorar a sua execução.

Sob o tema, "Parceria para a Implementação do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional da SADC e do Plano Indicativo Estratégico do Órgão sobre

Cooperação em Política, Defesa e Segurança", a conferência de Windhoek fará precisamente isso - criar uma nova parceria que envolve Estados membro, o Secretariado da SADC, PCI, a sociedade civil e o sector privado.

"O esperado resultado significativo da Conferência será um acordo sobre uma nova parceria SADC/PCI," disse Balezi Goalathe, Ministro das finanças do Botswana, quando anunciou a adopção do tema original da conferência durante o Conselho de Ministros em Fevereiro. Goalathe é o actual presidente do Conselho de Ministros da SADC.

A "Declaração de Windhoek sobre uma Nova Parceria SADC/PCI", será posta à mesa para a adopção. Goalathe disse que a Conferência irá rever o desenvolvimento da cooperação entre a SADC e seus PCI, e determinar o caminho em frente nas várias áreas de interesse comum.

A Conferência de 2006 foi estruturada de uma maneira que assegurasse a interacção e a troca de pontos de vista entre os

delegados. As discussões residirão nas áreas de intervenção comum da SADC que foram consolidadas em sub-temas sobre:

Comércio, Liberalização Económica e Desenvolvimento; Apoio infraestrutural para a Integração Regional; Segurança Alimentar Sustentável; Desenvolvimento Social e Humano; Implementação do SIPO; HIV e SIDA; e

Questões tais como o Género, Estatísticas, Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento do Sector Privado, e a Ciência e Tecnologia. Espera-se que a participação seja ao alto nível, atraindo Ministros dos Estados membro e PCI, bem como líderes das sociedades civis e de negócios da região.

A introdução dos dois planos de Desenvolvimento da SADC na agenda, que definem claramente as aspirações do desenvolvimento da comunidade regional, catapultou

a necessidade de se rever a cooperação do desenvolvimento.

A Declaração de Windhoek especificará os papéis de todos os interessados chave na futura cooperação do desenvolvimento.

A declaração histórica de Windhoek favorece uma abordagem holística do programa ao contrário da execução de projectos de forma isolada. Espera-se que o acordo mandate uma força mista de trabalho da SADC/PCI, composta de Estados membro e PCI, para empreender actividades de monitoria para realizar os objectivos da nova parceria.

Embora não haja nenhuma dúvida sobre o compromisso dos Estados membro para financiar o RISDP e o SIPO, os constrangimentos em termos de recursos significa que os parceiros de cooperação são convidados a jogar um papel crítico. A magnitude dos planos regionais é tal que uma participação mais substantiva dos parceiros de cooperação é agora mais necessária do que antes.

A estrutura da reunião

A CONFERÊNCIA consultiva, que foi estruturada de uma maneira que assegure a interacção e a troca de pontos de vistas entre delegados, será uma combinação de sessões plenárias e sessões interactivas de grupos de trabalho.

As sessões plenárias serão reunidas para a abertura e fecho oficial das sessões. A plenária de abertura incluirá alguns discursos, seguidos por apresentações sobre:

As relações entre a União Africana (centradas na estrutura da NEPAD) e Comunidades Económicas Regionais (CER) tais como a SADC. O objecto desta apresentação será demonstrar a UA como uma instituição continental enquanto que as

CER são os órgãos de execução ou os blocos de edificação. Claras sinergias e ligações serão desenhadas entre a NEPAD, o RISDP e o SIPO.

Vista geral do RISDP e do SIPO. Esta apresentação será uma breve vista geral da visão, da missão e da agenda comum da SADC; a extensão e a finalidade do RISDP e do SIPO; situação social, económica e política na região da SADC; áreas de intervenção; financiamento sustentável; mecanismos de execução e de coordenação; e mecanismos de monitoria e de avaliação.

A nova parceria SADC-PCI. Esta apresentação fará um argumento da necessidade

para uma nova parceria para a execução eficaz do RISDP e do SIPO. Salientará o objectivo geral da nova parceria, suas metas e princípios directrizes. Fará também propostas sobre uma estrutura eficaz para o diálogo e respectivos papéis dos stakeholders chave na nova parceria. As apresentações serão seguidas então por discussões abertas. As sessões interactivas dos grupos de trabalho deliberarão sobre a execução do RISDP e do SIPO, no contexto dos sub-temas. As apresentações cobrirão as áreas de intervenção de prioridade que focalizam nos objectivos gerais, áreas focais, estratégias e metas.

Novo pacto de energia para a região

por Patson Phiri

A SADC deu um passo decisivo para evitar um eminente défice de energia eléctrica ao assinar um acordo revisto que traz novos actores e toma em consideração as actuais realidades no sector.

O acordo, assinado a 23 de Fevereiro pelo Conselho de Ministros em Gaborone, é uma revisão do Memorando de Entendimento Inter-Governamental de 1995 que estabelece o Grupo de Energia da África Austral (SAPP). O Memorando de Entendimento revisto é "uma parte integral dos esforços da SADC em criar um ambiente apropriado para o desenvolvimento do sector privado e investimento directo estrangeiro na região," disse Baledzi Gaolathe, o Ministro das finanças do Botswana, que dirigiu o Conselho.

O reconstituído grupo de energia engloba investidores privados para alargar o fornecimento e responder à demanda que aumenta com o crescimento industrial sem que haja um investimento correspondente.

O acordo revisto reconhece também outros novos desenvolvimentos tais como a



Ministros da SADC assinando o acordo revisto da SAPP. A esquerda, pode-se ver o Presidente do Conselho, o Ministro das Finanças do Botswana, Baledzi Gaolathe.

reestruturação da SADC e suas instituições, particularmente a dissolução do sub-comité de electricidade, e põe em andamento um esforço comum das empresas de electricidade e dos seus governos para combinar recursos no fornecimento de energia.

O número de membros da SAPP aumentou de 10 para 12

países, cobrindo assim todos os países da parte continental da SADC. As Ilhas do Oceano Índico de Madagáscar e das Maurícias não são partes do acordo.

Estima-se que a região tem uma capacidade instalada total combinada de geração de 52.743 Mw, enquanto que o produto líquido de geração é cerca de 45,000Mw.

Uma capacidade de geração de reserva de 10,2 por cento deve ser mantida mas teme-se que esta possa ser esgotada mesmo nos inícios de 2007 em função dos actuais níveis de crescimento da demanda.

A SAPP está empreendendo agora esforços para implementar os prioritários projectos de geração e de transmissão como mencionado no seu plano estratégico de 2005-2010. Os projectos alvos são aqueles pretendidos para responder ao défice da capacidade de geração.

A prioridade está também em ligar os Estados membro da SADC que não estão ligados ainda à SAPP: Angola, Malawi e a República Unida da Tanzânia. Há esforços em curso para ligar os restantes países à rede regional.

Um outro novo projecto ambicioso, o Projecto do Corredor Ocidental, procura inicialmente ligar as companhias de electricidade da África do Sul, Angola, Botswana, Namíbia e República Democrática do Congo, antes de estender a iniciativa ao resto da região.

Conselho aprova orçamento para 2006/07

O CONSELHO de Ministros aprovou o orçamento de 2006/07 no valor de 40.5 US\$ para as instituições e programas da SADC.

O orçamento, aprovado pelo conselho em Fevereiro, representa um aumento de oito por cento dos 37.5 US\$ do último ano.

O aumento é para cobrir os custos do novo tribunal da SADC recentemente constituído e o financiamento da reestruturação em curso do secretariado. O processo de reestruturação centralizou a gestão no secretariado em Gaborone, aglomerando as anteriores 21 unidades e comissões

dos sectores de coordenação baseadas nos países em cinco direcções.

As direcções são do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento; Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais; Infraestrutura e Serviços; e Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais.

Uma quinta direcção foi criada recentemente sobre assuntos da política, defesa e segurança.

O Conselho alocou recursos aos programas que são críticos ao aprofundamento da integração regional, erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável.

O orçamento financiará as actividades e os programas articulados no Plano Indicativo

Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) e no Plano Indicativo Estratégico do Órgão sobre cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO).

Os dois são guilhões de desenvolvimento da SADC e traçam áreas prioritárias para a região para um período de 15 anos.

Depois do lançamento do RISDP EM 2003 o secretariado da SADC passou os primeiros dois anos repartindo o RISDP em pacotes menores que são mais fáceis de executar e monitorar. Um plano de implementação foi posto em prática em 2004 repartido em planos de três a cinco anos.

O primeiro plano de cinco anos que cobre o período 2005-9

foi repartido em planos anuais, definindo marcos a curto prazo e necessidades de recursos.

O principal economista da SADC, Angelo Mondlane, disse que a integração regional não pode ser alcançada sem as áreas de intervenção.

Ele salientou que a integração regional é um processo longo difícil que deve absorver várias questões críticas a serem tratadas pelos Estados membro enquanto se movem rumo aos objectivos a longo prazo acordados.

Explicou que antes da SADC criar um mercado comum em 2015, terá que passar por uma área de comércio livre em 2008, e uma união aduaneira em 2010.

Desafios do aumento de membros nas negociações EPA

por Elijah Munyuki

PREOCUPAÇÕES SOBRE o difícil acesso ao mercado e sobre as barreiras técnicas ao comércio dominaram de forma geral as negociações económicas da parceria com a União Europeia, mas o desafio real para a SADC provou ser a sobreposição de afiliação dos membros

Os Acordos de Parceria Económica (EPAs) são contratos de comércio e desenvolvimento que a UE está actualmente a negociar com as seis regiões de África, Cara bas e Pacífico (ACP): as Cara bas; África Central; África Oriental e Austral; Pacífico; África Austral (o grupo da SADC) e África Ocidental.

Os EPAs substituirão os capítulos do comércio do Acordo de Cotonou alcançado em 2000 entre a UE e os países da ACP. Isto substituirá as preferências do comércio de sentido único à luz do Acordo de Cotonou com os arranjos de comércio recíprocos entre os Estados da ACP e a UE, mais em linha com os regulamentos da Organização Mundial do comércio (OMC).

Negociações substantivas começaram em Janeiro de 2005 e continuarão até Junho de 2007. Estas negociações são sobre o acesso ao mercado para os produtos agrícolas e não-agrícolas e pesqueiros, comércio em serviços, cooperação de desenvolvimento, outras questões relacionadas ao comércio e provisões legais.

Procurarão melhorar a integração da SADC em todas estas áreas e, ao longo do tempo, definir um relacionamento recíproco do comércio entre a SADC e a UE.

A finalização do acordo deve ocorrer por volta de Dezembro de 2007 e os EPAs entrarão em vigor a 1 de Janeiro de 2008.

A questão da sobreposição de afiliação forçou os Estados membro da SADC a negociar sob bandeiras diferentes.

Os Estados membro da SADC e do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) estão a negociar como o grupo regional Oriental e Austral de África (ESA). Estes são a República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Seychelles, Zâmbia e Zimbábue.

As conversações SADC-UE foram lançadas em Windhoek, Namíbia em Julho de 2004, com sete países a negociarem sob a configuração da SADC. Estes são Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Suazilândia e a República Unida da Tanzânia. África do Sul participa somente como um observador, após ter concluído o seu próprio acordo de comércio com a UE nos fins dos anos 1990s.

O grupo ESA encontrou-se com a UE nas Maurícias em Fevereiro e

fechou a primeira fase das negociações enquanto o grupo da SADC esperava realizar sua Reunião Preparatória Regional do Grupo de Trabalho (RPTF) em Março de 2006.

Em ambos os agrupamentos muito ainda está por ser acordado com a UE. Pontos difíceis continuam a ser os sobre as barreiras técnicas ao comércio, aos padrões sanitários e fitossanitários, às regras de origem, ao acesso à legislação da UE, ao efeito da reforma do comércio agrícola da UE, e aos pesqueiros.

Alguns países da SADC-ACP queixaram-se que estão nas negociações sem informação vital sobre a implicação do regime do EPAs. Alguns ainda necessitam de fazer alguns estudos importantes de avaliação de impacto, sendo o constrangimento a falta de financiamento.

Uma SADC dividida poderá ter efeitos negativos na qualidade e no progresso das negociações com UE.

A questão das configurações regionais é um ponto sensível nas negociações, particularmente a respeito do grupo ESA.

Os membros da SADC no grupo ESA clarificaram que as negociações não devem prosseguir como se eles pertencessem somente à COMESA, reflectindo a existência de outras obrigações regionais.

Uma SADC dividida e configurações frouxas do ESA não são as mais melhores ferramentas para negociar questões que podem ser boas para a integração regional. O problema tem o potencial de travar as conversações até que os mecanismos institucionais apropriados sejam alicerçadas.

As relações SADC-COMESA convergirão com respeito aos Estados com afiliação dupla de ambos os blocos.

Elijah Munyuki é uma Parceira de programa afectada ao Instituto de Negociação e Informação sobre o Comércio da África Oriental e Austral (SEATINI), trabalhando principalmente com as negociações EPA.

Malawi e Moçambique assinam acordo de comércio

MALAWI E Moçambique assinaram um acordo preferencial de comércio, que reforçará as relações de comércio entre os dois países.

O acordo substitui um pacto de comércio de 1959 assinado entre Portugal e a então Federação da Rodésia e de Nyasaland.

O acordo facilitará o comércio em produtos como açúcar, tabaco manufacturado e não processado, óleo de cozinha, aves domésticas e petróleo.

Espera-se que o acordo entre em vigor em Julho.

O acordo de comércio Malawi-Moçambique vem num momento em que a SADC está a caminhar rumo à uma zona de comércio livre em 2008.

Diversos países na região assinaram ou estão no processo de negociar acordos bilaterais. Por exemplo, como a parte dum pacto de comércio, Moçambique e a África do Sul concordaram em 2005 com a renúncia de exigências de vistos.

O movimento livre das pessoas, juntamente com a remoção das barreiras ao comércio entre países na região, é essencial para a integração económica e laços mais próximos entre Estados membro.

O acordo do acesso preferencial África do Sul-Moçambique é um arranjo preferencial amplo que regula o trabalho mineiro, questões dos caminhos de ferro e portos, e o comércio.



Acordo Preferencial para reforçar o comércio bilateral do açúcar e outros produtos.

A cooperação de rotas impulsiona os transportes aéreos

A COOPERAÇÃO regional sobre os transportes aéreos tem sido a pedra angular da indústria da aviação de África Austral, com a actividade revolvendo em torno do aeroporto internacional de Johannesburg.

O aeroporto de Johannesburg funciona como uma “distribuidora” do tráfego aéreo regional através do qual voos para e de outros destinos na região são dirigidos.

Aproximadamente quatro em cada cinco voos comerciais transfronteiriços passam pelo aeroporto internacional de Johannesburg, de onde os passageiros são redistribuídos para seus destinos dentro da região ou em outras partes.

Este arranjo, entretanto, não tem sido sem as suas próprias desvantagens, particularmente nos termos das tarifas aéreas e dos outros custos ao negócio.



As Linhas Aéreas das Maurícias é uma das linhas regionais que passa pelo Aeroporto Internacional de Johannesburg.

Não há nenhum voo directo entre a maioria dos países, significando que os viajantes têm que usar a rota indirecta via Johannesburg. Isto torna

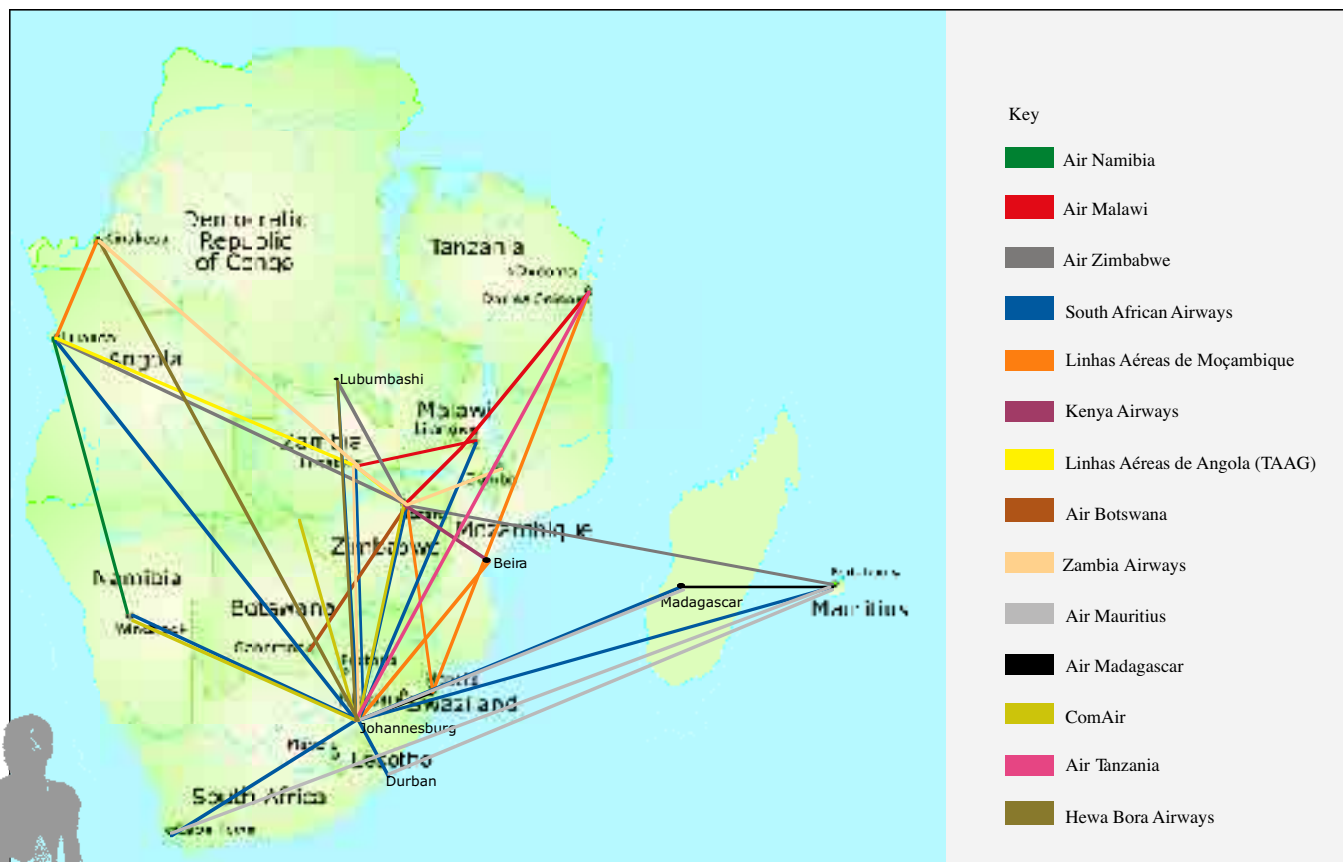
caro viajar por via aérea entre as fronteiras, especialmente onde os países são vizinhos e estão um bocadinho distantes da África do Sul.

Há também custos associados com o tempo desperdiçado na espera de ligações de Johannesburg.

A segurança é importante na aviação civil e um projecto para desenvolver a capacidade do nível regional para a supervisão da segurança está sendo desenvolvido actualmente.

O Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, disse numa reunião de Peritos Africanos da Aviação em Janeiro que há uma necessidade de se assegurar que haja mais voos directos entre países da mesma região.

“Europa superou este fenómeno indesejável com voos regulares interestaduais cidade-a-cidade e é agora possível viajar de qualquer cidade na Europa directamente a uma outra. África necessita de tornar real este sistema e adoptar mesmo uma revisão radical das suas liberdades aéreas,” disse.



Crescente demanda, baixo investimento por de trás da escassez de energia na África Austral

A REGIÃO ocidental do Cabo da África do Sul está a enfrentar uma crise de energia que também afectou a Namíbia, e a Eskom embarcou num programa visando que a danificada estação nuclear de Koeberg retorne à produção total.

A crescente demanda pela electricidade causada pelo elevado crescimento económico, pela falta do investimento em nova capacidade de geração e pelos danos na estação nuclear de Koeberg perto da cidade do Cabo provocou a falta de energia na região ocidental do Cabo ocidental e na Namíbia.

Koeberg é uma grande fonte da electricidade para a Namíbia, que importa cerca da metade da sua energia da África do Sul.

As partes do sul e do ocidente da África do Sul foram flageladas por interrupção na produção de energia eléctrica desde Dezembro de 2005 quando um dos geradores em Koeberg foi danificado por um relâmpago.

A Eskom, empresa sul africana de electricidade, anunciou planos para reparar a central de energia nuclear, que é capaz de produzir cerca de 1.800 Mw de electricidade. O cabo ocidental requer cerca de 5.000Mw para electrificar suas indústrias e habitações.

O Chefe executivo da Eskom, Thulani Gcabashe, disse que a central tinha adquirido um rotor de 200 toneladas necessitado para a reparação da instalação.

Antecipa-se um atraso em trazer a estação nuclear à produção total devido ao reabastecimento e a manutenção que necessitarão ser levadas a cabo nas instalações. Espera-se que a manutenção acabe em Julho.

Planos a curto prazo para melhorar o fornecimento à região ocidental do Cabo incluem assegurar os co-geradores que não são da Eskom para adicionais 80 Mw a um custo de 18.8 US\$, e obter um número de instalações móveis de geração para 100Mw adicionais no período do inverno.

A maioria das estações de energia da África do Sul são a carvão, o que torna a região ocidental do Cabo vulnerável



A estação nuclear de Koeberg perto da Cidade do Cabo (esquerda) e reservatórios de combustível dentro da estação de energia (direita).



porque não têm nenhum recurso de carvão e está longe de Mpumalanga onde um conjunto de estações são encontradas.

A província é vulnerável porque a linha de transmissão que a liga à rede nacional somente pode conduzir 3.500Mw, deixando um défice de 1.500Mw. O custo à economia nacional é estimado em mais de 81 US\$, de

acordo com a Câmara Sul-Africana de Negócios.

A economia sul africana expandiu em uma média de cinco por cento por ano e, de acordo com a Eskom, a demanda pela electricidade tem crescido em 1.200Mw por ano.

Isto traduz a necessidade de se construir uma estação de energia nuclear em cada 18 meses.

Não houve nenhum investimento na nova capacidade de geração na África do Sul desde a proposta em 1998 pelo departamento dos recursos minerais e energia para se aumentar a competição no sector da electricidade, reservando 30 por cento da capacidade de geração para fornecedores independentes de energia.

Namíbia considera a racionalização da água e da energia

NAMÍBIA ESTÁ a tomar medidas de precaução para poupar água e electricidade face à falta de energia experimentada pela África do Sul.

A empresa das águas do país, NamWater, advertiu que a falta de energia poderia também afectar o fornecimento da água em todo o país.

O chefe executivo da NamWater, Vaino Shivute, disse que a falta da electricidade estava a afectar a habilidade da sua companhia de bombear água para os seus consumidores.

NamWater e NamPower, a empresa de electricidade, tem se reunido com líderes de negócios para informá-los sobre a crise de

electricidade e para prepará-los para os efeitos que poderá ter neles.

Uma das opções a considerar é a introdução de medidas de conservação embora o director geral da NamPower, Leake Hangala, diga que tal acção será um último recurso.

A empresa de electricidade pediu também que as companhias de mineração usem menos energia para prevenir a escassez de electricidade.

Hangala disse que NamPower planeou investir N\$8 bilhões nos próximos quatro anos para reforçar a capacidade da Namíbia para importar energia de outros países para além da África do Sul.

Namíbia está a trabalhar em projectos a longo prazo tais como o do gás de Kudu e da hidroeléctrica de Baynes para aumentar sua capacidade de geração de electricidade.

A capacidade actual de geração é de 384 megawatts quando todas as suas estações estão a operar na máxima capacidade, comparados a uma demanda em crescimento de 500 Mw.



Postes de energia facilitam comércio regional de electricidade.

Órgão regional pretende melhorar os problemas de electricidade da Tanzânia

O GRUPO de energia da África Austral (SAPP) está a procura de fundos para ajudar à República Unida da Tanzânia a reduzir o impacto de uma crise de energia que vê o país submeter-se a um programa longo de conservação de energia.

No espírito da cooperação regional, a SAPP quer que a República Unida da Tanzânia se ligue a rede zambiana de energia.

Invocavit Swai, director de planeamento no ministério da energia e recursos minerais da Tanzânia, disse que a SADC aproximou-se da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) procurando fundos para o projecto.

O projecto de interligação Tanzânia-Zâmbia trará a República Unida da Tanzânia à rede regional.

Um estudo de viabilidade sobre o projecto já foi completado e os trabalhos de construção

começarão uma vez que o financiamento esteja disponível.

Swai disse que o novo memorando de entendimento inter-Governamental, assinado no conselho de ministros da SADC em Fevereiro, permitirá a existência de novas empresas privadas de electricidade tais como a *Independent Power Tanzania Limited* para impulsionar o fornecimento regional de electricidade.

O memorando de entendimento inter-Governamental revisto da SAPP visa trazer a bordo os Estados membro que não estão ainda ligados à rede regional de energia e incentivar a participação por parte de actores privados na geração de electricidade. Devido à fracas chuvas, a produção de energia na República Unida da Tanzânia está no seu mais baixo nível. (*East African*)

Considerações do género na electrificação rural

por Patience Zirima

O ENQUADRAMENTO do género é uma das estratégias chave para assegurar benefícios iguais para mulheres e homens dos projectos de infraestruturas que estão a ocorrer na África Austral.

Há um reconhecimento na região que, para ser significativo, o desenvolvimento de infraestruturas tem que observar as disparidades do género na disponibilidade, gestão e uso das infraestruturas.

Isto está patente no Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional da SADC, que advoga para um sistema eficiente e de baixo custo de infraestruturas que desencadeiem o potencial das comunidades.

A electrificação rural foi uma das estratégias empregadas para assegurar às mulheres o benefício deste desenvolvimento.

A meta é ter pelo menos 70 por cento das comunidades rurais na África Austral com acesso à electricidade. Os Estados membro estão a implementar programas rurais de electrificação desde 2004 a 2018, período durante o qual devem alcançar a meta acordada.

A Zâmbia passou uma Lei da Autoridade Rural de Electrificação em 2003. Actualmente, aproximadamente 17 por cento da população da Zâmbia têm acesso à electricidade, e seu programa rural de electrificação visa pôr este número acima de 50 por cento.



Desenvolvimento de infraestrutura para incorporar o empoderamento do género

Namíbia planeia aumentar o nível da electrificação para 250.000 casas até 2010 enquanto o Zimbabwe tem planos para fornecer a electricidade as habitações rurais e pequenas e médias indústrias rurais usando fundos angariados de uma imposto sobre as tarifas de energia.

Para empoderar as comunidades rurais, a autoridade do fornecimento de electricidade do Zimbabwe obtém o equipamento para os projectos de geração de fundos, que dá emprestado às mulheres e outros grupos.

A República Unida da Tanzânia está a finalizar

preparações para o estabelecimento de um Fundo Rural de Energia (REF) a ser usado para financiar projectos rurais de electricidade.

O REF será usado para baixar o custo do investimento em projectos rurais modernos de energia e os investidores terão subsídios ou concessões para permit-lhes co-financiar a electrificação rural.

A racionalidade é de reduzir os riscos do investidor e melhorar retornos em investimentos modernos de energia rural na República Unida da Tanzânia.

Outros estados membro da SADC têm programas similares

para electrificar suas áreas rurais, através da energia solar ou ligando as habitações às redes nacionais de energia.

A maioria das comunidades rurais usam fontes tradicionais do combustível tais como a lenha para necessidades de energia de casa. Isto é, entretanto, insustentável porque contribui para o deflorestamento, erosão do solo e degradação de terras.

O aumento do desflorestamento e a falta de fontes acessíveis do combustível forçam a maioria das mulheres a andar distâncias longas para obterem lenha.

As consequências são de que as mulheres gastam muito tempo nas actividades de sobrevivência, que têm um valor produtivo baixo dentro das economias monetárias.

O acesso à electricidade tem benefícios a longo prazo para a saúde, redução da pobreza, facilitar a tarefa de cargas para mulheres rurais.

Acrescido aos esforços do enquadramento do género no sector de energia, a SADC quer aumentar a participação de pequenas e médias empresas, das comunidades marginalizadas, da juventude e das mulheres no sector do turismo.

Isto envolve programas para incentivar o aumento do investimento privado em projectos do turismo nas comunidades marginalizadas.

Eleições a 18 de Junho na RDC, primeiras em quatro décadas

por Juakali Kambale

A **REPÚBLICA** Democrática do Congo (RDC) marcou 18 de Junho como a data para suas primeiras eleições democráticas em cerca de quatro décadas.

Isto segue-se à promulgação duma nova Constituição e lei eleitoral em Fevereiro e Março, respectivamente.

Apollinaire Malu Malu, presidente da Comissão Eleitoral Independente, anunciou a 9 de Março que as eleições presidenciais e parlamentares ocorrerão a 18 de Junho e não a 29 de Abril como planeado previamente. O adiamento foi devido a atrasos em se decretar a lei eleitoral.

O registo dos candidatos inicialmente marcado para terminar a 23 de Março foi estendido por mais 10 dias, com o Ministro do interior do país dizendo que 270 partidos tinham se registado para concorrerem às eleições no fim do prazo inicial.

Aos candidatos aspirantes a presidente foram requeridos pagar uma taxa não-reembolsável de inscrição de 50.000 US\$ enquanto que os candidatos a deputados parlamentares deviam pagar 250 US\$ para registar os documentos de inscrição.

Estas são parte das novas medidas constantes na lei eleitoral que visam desencorajar os oportunistas de concorrer.

"Isto é para impedir que alguns aventureiros se candidatem," disse Olivier Kamitatu, presidente da Assembleia Nacional Congoleza após a promulgação da nova constituição do país a 19 de Fevereiro.

Pelo menos 27 candidatos, incluindo três mulheres, declararam interesse em concorrer para a presidência do ex-Zaire.

Estes incluem o presidente Joseph Kabila que representará o Partido Popular para a Reconstrução e Democracia (PPRD); Azarias Ruberwa que concorre pela Coligação para a Democracia Congoleza (CDC); e Pierre Pay-Pay wa Syakassighe da

Convenção do Congo Democrático (COCODE).

Outros incluem Jean-Pierre Bemba do movimento para a libertação do Congo (MLC) e Etienne Tshisekedi da União para a Democracia e Progresso Social.

As três candidatas são Justine Kasavubu do Movimento para a

Democracia, Wivine Nlandu do Bandundu-Bas Congo-Kinshasa Holding (BBK-Holding) e Cathérine Nzuzi wa Mbombo, líder do Movimento para a Revolução Popular.

Kasavubu é filha do primeiro presidente após a independência, Joseph Kasavubu, e serviu como

Ministra para a Administração Civil e como embaixatriz na Bélgica durante a administração do falecido presidente Laurent Kabila.

Estas serão as primeiras eleições democráticas na RDC desde a sua independência da Bélgica em 1960.

Tentativas precedentes de realização de eleições falharam devido a conflitos armados provocados frequentemente por discórdias sobre a Constituição e a forma como o vasto país da África Central deve ser governado.

As condições para a realização de eleições democráticas floriram após a assinatura em 2003 de um acordo de paz aderido por todos, que culminou num governo de transição dirigido por Kabila.

Ao governo de transição foi concedido o tempo até 30 de Junho de 2005 para organizar as eleições, um prazo revisto mais tarde para 30 de Junho deste ano.



Voteantes congolezes a espera de exercer o seu voto durante o referendo de Dezembro de 2005.

Enfoque sobre as estradas e telecomunicações por a paz estar a acenar na RDC

por Juakali Kambale

O **PRIMEIRO** estágio do processo da paz na República Democrática do Congo (RDC) termina em Junho de 2006 com a instalação de uma liderança eleita.

Desde a assinatura do acordo de paz na África do Sul a 17 de Dezembro de 2002, os antigos beligerantes têm tentado trabalhar como um governo funcional deve fazer.

Enquanto estão a implementar o processo eleitoral - seu mandato principal à luz do acordo de paz - estão também a tentar reparar o que foi destruído durante a guerra civil. O governo de transição identificou duas áreas prioritárias, a de construção de estradas e de infraestruturas de telecomunicações.

O objectivo principal é reunificar o país, de acordo com o Ministro do plano, Alexis Thambwe Mwamba. A RDC é um país enorme, com mais de 2,3 milhões de quilómetros quadrados.

Anos de guerra destruíram a maioria da infraestrutura na RDC, particularmente a rede de estradas. Não é actualmente possível ligar duas cidades principais por via rodoviária. A consequência disto é que, enquanto as populações sofrem com fome em centros urbanos, há uma abundância de colheitas nas áreas rurais que não podem ser transportadas por causa das estradas destruídas.

Na província norte de Kivu na RDC oriental, as populações têm que sair das suas habitações com as colheitas perecíveis e viajar distâncias longas para vender seus produtos. Consequentemente, a maioria destes produtos são desperdiçados.

Em cooperação com o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais, a RDC embarcou num programa de reabilitação de estradas.

Até agora, a estrada que liga Kinshasa a Matadi, a saída para o rio Congo, é a que foi reabilitada.

Trabalhos estão em curso em outras estradas principais tais como a que liga o cinturão agrícola da província norte de Kivu a Kisangani na província oriental. Kisangani é um porto ribeirinho importante de onde os bens são movidos facilmente para Kinshasa através do rio Congo.

A reunificação do país depende também de uma infraestrutura de telecomunicações eficiente. A RDC teve uma das primeiras redes de telefonia móvel em África, Telecel, que começou a operar no país nos inícios da década 90.

Duas novas companhias privadas - Celtel e Vodacom - foram instaladas durante a época de Laurent Kabila, que foi o presidente da RDC entre 1998 e 2001.

De acordo com a Vodacom e Celtel, mais de 50 por cento da população em Kinshasa usa telefones móveis. As facilidades de *Internet* estão também disponíveis nas cidades principais.

Moçambique prepara-se para a gestão de catástrofes naturais

por Bayano Valy

A VIOLÊNCIA das águas há seis anos destruiu uma extensão de 10-metros de estrada, isolando a capital de Maputo da sua cidade satélite industrial, Matola, situada a aproximadamente a 10 quilómetros a noroeste.

Ironicamente, a natureza destruiu uma outra estrada alternativa entre as duas cidades, causando atrasos a milhares de pessoas que viajam diariamente entre ambas cidades. Por quase duas semanas, o uso da estrada foi interrompido, tendo resultado em grandes perdas em negócios em ambas as cidades.

Maputo foi também desligada da vizinha África do Sul e da Suazilândia.

Além disso, áreas baixas como Xai-Xai, 200 quilómetros a norte de Maputo, permaneceram submersas nas águas das cheias do rio Limpopo por mais de dois meses após o rompimento dos diques defensivos.

Isso foi em 2000, e este é um microcosmo do que aconteceu pelo país fora durante as cheias de 2000.

Quando as águas finalmente baixaram e a contagem começou, mais de 700 pessoas tinham morrido, um quarto dum milhão de pessoas perderam suas habitações, e um total de 12 por cento da população ficou seriamente afectada.

Cento e quarenta mil hectares de terra de cultivo e pastagem ficaram perdidas com as inundações, cerca de 200.000 cabeças de gado se afogaram. A agricultura registou perdas severas em cerca de 90 por cento de infraestruturas de irrigação, e impressionantemente, uma economia que antes estava a crescer a um índice de dois dígitos falhou para um crescimento a quatro por cento.

Na conferência de doadores das Nações Unidas em Roma, o governo de Moçambique pediu 450 milhões de dólares norte americanos para as actividades de reconstrução pós-cheias

- nem todo este montante foi desembolsado.

Seis anos depois, teve lugar um significativo desenvolvimento das infraestruturas. No vale do Limpopo os diques foram reforçados. Entretanto, há ainda uma grande distância a percorrer até que Moçambique possa lidar eficazmente com os desastres naturais.

A história da climatologia mostra que as catástrofes estão ligadas a um ciclo, com inundações e secas.

Os cientistas estão bem cientes que uma forma para

prevenir este ciclo insidioso consiste na construção de infraestruturas tais como barragens em locais apropriados. A base lógica é que durante a época chuvosa as barragens iriam manter o volume da água fluindo ao mar, impedindo as inundações; e depois a mesma água podia ser usada para finalidades de irrigação durante a época seca.

O governo Moçambicano propôs um esquema hidroeléctrico, a barragem de Mphanda Nkuwa, 70 quilómetros a jusante da barragem de Cahora

Bassa. Espera-se que a barragem de Mphanda Nkuwa seja um dos projectos regionais mais competitivos de energia na África Austral, e um projecto prioritário para a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

Com a região a preparar-se para enfrentar um défice energético no próximo ano, a barragem de Mphanda Nkuwa ajudaria que se evitasse uma eminente crise de energia. Espera-se que o projecto da hidroeléctrica gere 1300 megawatts (Mw) a um custo total de aproximadamente 2 biliões de dólares norte americanos.

O governo Moçambicano está na fase de promoção do projecto para atrair potenciais investidores no mundo inteiro.

O projecto foi também seleccionado na base da sua baixa unidade de custo de geração e da sua função adicional para fornecer novos regulamentos a barragem de Cahora Bassa. O desenvolvimento de Mphanda Nkuwa é suposto permitir Cahora Bassa de aumentar o valor da energia que produz, produzindo mais durante as horas de pico e menos durante períodos de baixa tarifa. Isto não é actualmente possível devido às exigências de manter uma variação das águas do rio a um determinado nível.

Mas o Mphanda Nkuwa é apenas um desses projectos. Devido a sua posição geográfica, Moçambique está a jusante da maioria dos rios regionais e é mais propenso às cheias por causa da sua baixa capacidade de reter a água.

Consequentemente, o investimento nas barragens pode prevenir o ciclo de desastres e estimular o desenvolvimento não somente em hidroeléctricas, mas também na agricultura. É crítico que a força das águas seja aproveitada a fim de impulsionar e apoiar o desenvolvimento económico regional.



O forte terremoto que abalou Moçambique a 23 de Fevereiro de 2006 mediu 7,5 na escala de Richter. O epicentro foi em Espungabeira, no distrito de Mossurize na província moçambicana de Manica, mas os tremores foram sentidos em todo o centro e sul de Moçambique, Botswana, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. Os terremotos são uma ocorrência comum no grande vale do Rift em África, que se prolonga desde Eritreia ao rio Save no centro de Moçambique, mas este foi o primeiro a ocorrer no seu extremo sul. Os tremores no vale são sentidos normalmente até 1.000 quilómetros do epicentro devido às rochas invulgares na área. A rocha mais homogênea acima da junção da placa sul africana e da placa somali oferece poucos obstáculos para a propagação das ondas sísmicas.

A região prevê déficit de um milhão de toneladas de cereais

A **ÁFRICA** Austral prevê um déficit de cereais de aproximadamente 1,07 milhão de toneladas durante a época agrícola 2005/06 e os países com escassez terão que confiar no comércio intra-regional para responderem as suas exigências de consumo no presente ano.

Números preliminares tirados durante o Conselho de Ministros da SADC em Fevereiro demonstram que o fornecimento total do cereal para o ano comercial 2005/06 é de 30,94 milhões de toneladas, composto aproximadamente por 26 milhões de toneladas de colheita bruta e 4,68 milhões de toneladas de reserva.

Isto é insuficiente para responder a exigência regional de 32,01 milhões de toneladas dos cereais e a escassez é quase equivalente ao déficit de 2004/2005 de 1,11 milhão de toneladas.

De acordo com o Sistema de Aviso Prévio da Segurança Alimentar da SADC, todos os



Colheita de trigo na região da SADC.

países da SADC, excepto África do Sul, foram avaliados com défices gerais do cereal, variando de 100.000 toneladas na Zâmbia a 1,62 milhão de toneladas no Zimbábue.

A região, entretanto, está projectando um excedente do milho de aproximadamente 2,28 milhões de toneladas em 2005/06, resultado do aumento significativo da produção do milho e uma enorme reserva na África do Sul.

Prevêem-se défices em todas as restantes colheitas de cereais, incluindo o trigo (2,18 milhões de toneladas), arroz (1,05 milhão de toneladas) e sorgo (121.000 toneladas).

África do Sul tem milho em excedente avaliado em 5,46 milhões de toneladas. O preço e outros factores permitindo, o excedente do milho na África do Sul são mais do que bastantes para

cobrir necessidades da importação dos outros Estados membro.

Os Estados membro da SADC tinham feito planos para importar 5,56 milhões de toneladas dos cereais por meados de Janeiro de 2006, incluindo importações intra-regional do milho principalmente da África do Sul.

O Secretário executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, disse a jornalistas antes do Conselho de Ministros em Fevereiro que aproximadamente 10 milhões dos povos necessitarão de apoio humanitário na região.

“Os relatórios actuais indicam que o número das populações com necessidade de apoio humanitário subiu de 9,71 milhões de pessoas para 10 milhões de pessoas desde as avaliações de vulnerabilidade de Abril/Maio de 2005 em seis países, nomeadamente Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue,” disse Salomão.

Seguro de seca, suporte aos agricultores do Malawi

FARMEIROS DE pequena escala do Malawi irão beneficiar de um novo programa piloto que lhes dará acesso aos empréstimos e cobertura de riscos na agricultura em caso de seca.

O programa foi lançado no fim do ano passado e visa impulsionar a habilidade dos agricultores de recuperarem dos efeitos das secas.

A Associação Nacional dos Agricultores de pequena escala do Malawi e a Associação dos Seguros do Malawi projectaram o esquema, com o apoio do Banco Mundial e da Rede Internacional de Oportunidades.

O seguro irá apoiar os agricultores a obter o financiamento necessário para obterem sementes certificadas, que podem produzir maiores rendimentos, com maior resistência às doenças.

O projecto piloto do seguro de seca dará aos agricultores de pequena escala uma oportunidade para obter empréstimos dos bancos e de ter seu dinheiro assegurado quando houver secas.

Perto de 900 agricultores em quatro áreas participarão na fase piloto do programa, que cobre a cultura do amendoim. Se bem sucedido, o projecto poderá ser incrementado incluindo outras culturas, tais como o milho, e pode ser

introduzido em outras partes do Malawi e de África.

“Este projecto está sendo executado pela primeira vez dentro do Malawi e é provável que existam muitos desafios. Um grande desafio é que o padrão de chuvas em Malawi não é igual.

Assim continuará a acontecer que alguns agricultores não produzirão o suficiente para que reembolsem os empréstimos como necessário,” disse Duncan Warren, director de produção de culturas agrícolas para a Associação dos Agricultores Nacionais de Pequena Escala.

África Austral prepara plano contra a gripe das aves

OS ESTADOS membro da SADC estão a cooperar sobre formas de conter o impacto do vírus aviário na região, e as autoridades de saúde tomaram medidas para impedir a propagação da doença.

Estas medidas incluem proibições de importações de produtos das aves domésticas em alguns países e mobilização dos recursos para facilitar o diagnóstico e a vigilância da doença.

Stephen Sianga, Director do Desenvolvimento Social e Humano e de Programas Especiais no Secretariado da SADC, disse que a região está pronta para lidar com uma possível ameaça imposta pela gripe das aves

“A todos os níveis, as nossas autoridades agrícolas e de saúde estão a coordenar esforços para avaliar os riscos, prevenir e preparar-se para os surtos, incluindo a vigilância, criação de consciência pública sobre a gripe para evitar preocupação, bem como compartilhar a informação, perícias e as facilidades,” disse Sianga.

Ministros responsáveis pela agricultura, saúde, fauna bravia e animais domésticos nos Estados membro da SADC reuniram-se em Abril na África do Sul para observarem o Plano de resposta da SADC contra a Epidemia da gripe das aves.

A gripe das aves é uma doença que ataca normalmente as aves e acredita-se ser causador do vírus H5N1. O vírus é um subtipo A da gripe que ocorre principalmente nas aves e é altamente contagioso entre a espécie.

A gripe das aves não se espalha facilmente entre seres humanos, mas teme-se que o vírus possa passar por uma mutação para uma composição mais mortal transmitida vel entre seres humanos.

Acredita-se que as espécies selvagens de aves migratórias facilitam a propagação interurbana da doença vindas da Ásia e da Europa.



Cabeça do velho, "old man's head", uma imagem proeminente perto de Chimoio no Corredor da Beira.



Barragem de Cahora Bassa no corredor do Zambeze é uma grande fonte de energia hidroeléctrica para a região.



Infraestruturas de pontes como esta sobre o rio Limpopo facilitam o movimento de pessoas na região.



A Iniciativa de Desenvolvimento Espacial do Libombo alberga diversos recursos da vida selvagem.

Corredores conduzem o desenvolvimento

OS CORREDORES constituem o ponto fulcral para iniciativas de desenvolvimento regional. Inicialmente, baseados em rotas de transporte, os corredores são importantes para o alcance dos objectivos económicos e políticos da região, particularmente devido ao facto de que quase metade dos Estados membro da SADC serem do interior e requererem ligações regionais eficientes de transporte para terem acesso ao mar.

Durante a década passada, os corredores tornaram-se sistemas harmoniosos de integração regional como iniciativas dentro da estrutura das Iniciativas do desenvolvimento Espacial (SDIs).

Nós perfilamos alguns dos corredores nesta edição.

Corredores do desenvolvimento da Beira e do Zambeze

As iniciativas dos corredores do desenvolvimento da Beira e do Zambeze pretendem desenvolver uma região económica que liga Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe, através dos portos da Beira.

Os objectivos chave são reestabelecer e modernizar as ligações das infraestruturas no interior.

Os projectos de desenvolvimento de infraestruturas incluem modernizar o porto da Beira, fornecimento da electricidade, viadutos do gás e do combustivel líquidos, a proposta estrada Harare-Beira com portagens, o melhoramento das linhas férreas de Harare-Beira e a modernização dos aeroportos.

Projectos em execução, incluem a linha férrea de Sena comissionada em 2004.

O desenvolvimento dos rios Chire e Zambeze em canais navegáveis visa aumentar opções de transporte para o acesso ao mar para o Malawi, para o interior.

A execução dum número de projectos baseados nos recursos naturais inclui a reabertura da mina de carvão de Moatize e o desenvolvimento de uma estação de energia térmica, desenvolvimento agrícola em Dondo e Chimoio, bem como o turismo nas terras altas orientais do Zimbabwe e do vale do Zambeze.

Corredor do desenvolvimento do Limpopo

Iniciativa da África do Sul, Moçambique e Zimbabwe (e finalmente Botswana e Zâmbia), é especialmente focalizada na bacia do rio Limpopo. As áreas primárias de foco do desenvolvimento e investimento são a agricultura, processamento da mineração, turismo, e sectores relacionados de infraestrutura.

Os projectos de processamento da mineração estão centrados nos depósitos de areias pesadas na foz do rio Limpopo. A reabilitação e expansão do desenvolvimento agrícola de irrigação na área de Combomune-Chokwé estão em andamento.

Um programa foi executado para reabilitar a infraestrutura de irrigação e os trabalhos estão em curso para se reestabelecer as actividades de plantação da cana de açúcar e processamento do açúcar da Maragra e o açúcar de Xinavane.

A iniciativa também pretende estabelecer uma zona do desenvolvimento do turismo baseado na natureza de uns 260.000 quilómetros quadrados. Isto incluirá os projectos chave do parque Trans-Fronteiriço do grande Limpopo.

Iniciativa do desenvolvimento espacial do Libombo

A SDI do Libombo cobre a Suazilândia oriental, a parte do sul da província de Maputo em Moçambique e as áreas no nordeste do KwaZulu Natal na África do Sul. No seu epicentro está o desenvolvimento de novas estradas e modernização de outras para abrir a área a prática da agricultura e turismo.

A região do Libombo tem seis grandes ecossistemas interligados. A área tem uma grande diversidade de plantas e aves, reservas de parques e uma extensa linha costeira protegida. Os recursos naturais incluem lagos litorais tais como o parque de terras húmidas de St^a Lucia, que é um património mundial, e uma gama de locais arqueológicos.

O clima e os solos na área de Libombo combinam para o fornecimento de um ambiente excelente para a agricultura e há uma indústria do açúcar e florestamento a prosperar.

Os projectos do turismo planeados na área são a península de Machangulo e a reserva de elefante de Maputo, e as áreas Trans-Fronteiriças de conservação, chamadas frequentemente por "parques da paz".

mento de infraestruturas na SADC

Corredor de Desenvolvimento de Mtwara

O Corredor de Desenvolvimento de Mtwara cobre os territórios do Malawi, Moçambique, República Unida da Tanzânia e a Zâmbia.

O Corredor é percorrido desde o porto de Mtwara no leste à Mbamba Bay ao ocidente no Lago Malawi. Projectos dos transportes incluem a expansão e modernização do porto de Mtwara, dos portos de Mbamba Bay e Manda, ambos situados no Lago Malawi/Nyasa/Niassa. Outros projectos incluem a modernização do Aeroporto de Mtwara e várias infraestruturas de estradas e caminhos de ferro.

A Ponte da Unidade, desenhada para atravessar o Rovuma, irá contribuir significativamente para melhorar a conectividade da rede de estradas na região. Importantes também são a Estação de Energia Térmica de Mchuchuma, o viaduto de petróleo de Mtwara-Mbamba Bay e o projecto do gás do Songo.

Corredor do desenvolvimento de Maputo

O Corredor do Desenvolvimento de Maputo foi a primeira das SDIs a ser executada em 1995. Este liga a província de Gauteng da África do Sul ao porto de Maputo em Moçambique.

Os desenvolvimentos ao longo do corredor focalizaram-se na reabilitação e modernização das tradicionais ligações do comércio e transporte como uma base para um desenvolvimento económico abrangente. A estrada, caminhos de ferro e a infraestrutura e funcionamento do porto foram concessionados em Moçambique.

A participação do sector privado joga um papel importante no corredor, particularmente no investimento na construção de uma estrada com portagens que liga Witbank na África do Sul a Maputo (a estrada com portagens N4) e na melhoria do funcionamento de caminhos de ferro e portos em Moçambique.

Outros grandes investimentos do sector privado incluem a fábrica de alumínio de Moçambique (MOZAL), a fábrica de ferro e aço de Maputo, o Parque Industrial do Beluluane e vários projectos da indústria do gás natural.

Estima-se que os desenvolvimentos no corredor criaram cerca de 15.000 empregos.

A iniciativa logística do corredor de Maputo (MCLI) foi lançada em 2004 como uma parceria do sector público e privado para criar maior consciencialização e utilização do corredor. O MCLI emergiu como uma das instituições mais vibrantes inclusivas dirigidas pelo sector privado na África Austral.

Corredor de Walvis Bay

O corredor de Walvis Bay serve às partes central e sul da SADC, através do corredor de Trans-Kalahari que liga África do Sul, Botswana e Namíbia, e através do corredor Trans-Caprivi que liga a Namíbia e Zâmbia ao Zimbabwe e à RDC. Este liga também Angola e Namíbia através do corredor Trans-Cunene.

Devido à sua localização e eficiência, o porto de Walvis Bay oferece substancial segurança para cargas sensíveis ao tempo. As iniciativas dentro do corredor focalizam-se em estratégias para reforçar a eficiência dos sistemas de transporte no corredor ao longo dos seus três braços.

Os esforços iniciais do desenvolvimento focalizaram-se no corredor Trans-Kalahari. África do Sul, Botswana e Namíbia já têm concluído um acordo projectando melhorar o uso do corredor.

A ramificação a nordeste, o corredor Trans-Caprivi, foi terminado em 2004 com a abertura de uma nova ponte em Katima Mulilo e fornece uma rota alternativa de importação e exportação do cobre e para indústrias agrícolas e agro-processamento na RDC e na Zâmbia.

O corredor Trans-Cunene tem grande potencial como uma rota alternativa para a reabilitação económica e da infraestrutura no sul de Angola.

Walvis Bay foi classificado entre os melhores três portos da África desde 2000. Em 2003 a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) escolheu-o como corredor modelo no continente africano.

Corredor de desenvolvimento de Tazara

O corredor de Tazara (chamado também o corredor de Dar es Salaam) é um artéria estratégica que liga a África do Sul à África do leste e central. Há um crescente tráfego nesta rota de dois sentidos: da África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia no sul, e do corredor de Nacala em Malawi e Moçambique. O tráfego compreende maioritariamente a circulação do açúcar, cimento, combustíveis e maquinarias.

O corredor de Tazara, que fornece a distância mais curta por caminhos de ferro do Cinturão do Cobre a um porto é posse da República Unida da Tanzânia e Zâmbia. O



O Parque Nacional de Kitulo no Corredor de Mtwara tem projecção duma diversidade botânica.



A estrada N4 com portagens liga Maputo à Witbank.



O Corredor de Walvis Bay é classificado como um corredor modelo em África.



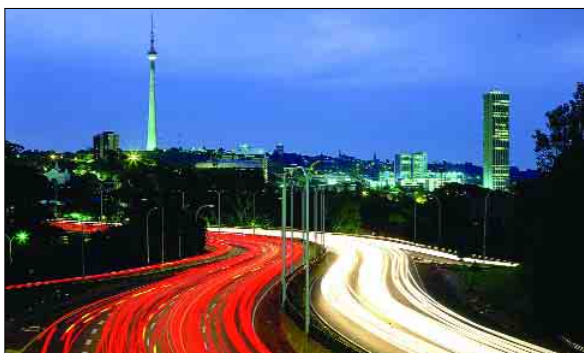
O Corredor de Tazara é a distância mais curta por caminhos de ferro do Cinturão do Cobre na Zâmbia ao porto de Dar es Salaam.



Lágo Malawi/Nyasa/Niassa no Corredor do Desenvolvimento de Nacala.



Vista aérea do delta de Okavango.



Corredor Norte-Sul, de e para Durban, a ligação regional com mais tráfico de transportes.



Transportes Aéreos constituem um catalizador para o comércio e turismo regional.

corredor atravessa alguma das terras mais férteis a sul da Tanzânia e a norte da Zâmbia. A área tem grande potencial para a agricultura, turismo, mineração, florestamento e a pesca.

Corredor do Desenvolvimento de Nacala

O Corredor do Desenvolvimento de Nacala visa desenvolver um corredor económico ligando o Malawi no interior ao porto de Nacala em Moçambique.

Aproximadamente 70 por cento da população do Malawi reside ao longo do corredor. Há necessidade de expandir e reabilitar a infraestrutura dos transportes para expôr o potencial de investimentos no corredor. O sistema de linhas férreas em Malawi e Moçambique já foi concessionado e o trabalho de reabilitação começou em partes que estão em más condições.

Corredor do turismo e da biodiversidade da Suazilândia/Africa do Sul (STBC)

A parte sudoeste da província de Mpumalanga na África do Sul e na Suazilândia ocidental é dotada de ricas espécies de plantas e animais e uma geologia e arqueologia antiga.

O cinturão de Pedras Verdes de Barberton na área evoluiu entre 3,5 a 3,2 bilhões de anos, é o segundo mais antigo no mundo depois do grupo de Warrawoona na Austrália.

O STBC pretende combinar estas áreas em uma faixa contígua para a protecção dos ecossistemas, espécies e da geologia. O objectivo estratégico é a promoção

do desenvolvimento sócio-económico sustentável e participativo.

Os objectivos específicos apontam para a utilização do potencial do turismo e da conservação e aumentar os benefícios que fluem para as comunidades rurais.

Turismo Internacional de Okavango no Alto Zambeze (Ouzit) SDI

O Ouzit foi inicialmente concebido e apresentado como um santuário da vida selvagem a ser situado dentro do contexto dos sistemas das terras húmidas de Okavango e do Zambeze. O projecto centrou-se em uma área núcleo do desenvolvimento que compreende 260.000

quilómetros quadrados incorporando parques em Angola, Botswana, Namíbia e Zimbábue.

O desenvolvimento de infraestruturas projectado dentro do SDI compreende a interligação das regiões do interior do parque, o rápido seguimento das melhorias do tráfico aéreo e infraestruturas de transporte em países participantes, e o estabelecimento e a gestão de uma plataforma de logística ligada ao sistema regional melhorado dos transportes aéreos. A SDI de Ouzit está ligada ao Corredor do Desenvolvimento de Namíbia a sul de Angola.

Corredor do Desenvolvimento de Lobito

O Corredor de desenvolvimento de Lobito é importante para o sistema de transportes regional uma vez que oferece uma saída estratégica para o mar em Angola, mais para a República Democrática do Congo e Zâmbia.

Este oferece a via mais curta ligando a maioria das regiões mineiras da RDC e Zâmbia à Europa ocidental e América. Em Angola, o corredor serve a muitas regiões onde aproximadamente 40 por cento da população reside.

As principais infraestruturas são o porto, a linha férrea de Benguela e as estradas para a RDC e Zâmbia. Iniciativas chave são a reabilitação e modernização da linha férrea de Benguela e do porto de Lobito, ambas em progresso. Um outro elemento chave é a reabilitação da existente rede de estradas que se estende por cerca de 1,800 quilómetros.

Corredor Norte-Sul

Este é um corredor de transportes que liga a África do Sul aos países ao nordeste, e é a ligação regional com mais circulação na África Austral e Oriental. O corredor Norte-Sul (também conhecido como o Corredor de Durban) é o corredor mais extensivo na região, ligando o maior número dos países na África Austral e Oriental.

Este liga oito países, e interliga a outros corredores incluindo os corredores de Trans-Kalahari, da Beira, de Lobito, de Dar es Salaam e de Nacala.

Este corredor é importante porque a África do Sul é o maior parceiro do comércio africano para a maioria dos países na região e o porto de Durban possui uma parcela significativa do tráfico do trânsito para os Estados do interior.

Infraestruturas chave são o porto, as estradas e as linhas férreas. O porto de Durban tem a maior capacidade entre os portos regionais.

Expandindo as fronteiras de providência para o desenvolvimento sustentável

O Banco do Desenvolvimento da África Austral, em parceria com a NEPAD



DBSA em Mid Rand, África do Sul

AS RAZOAVELMENTE bem desenvolvidas infraestruturas e uma base de recursos naturais diversos da África Austral têm potencial para jogar um papel fundamental para levar a África rumo a um Século XXI mais próspero.

A consciência sobre erros do passado, juntamente com novas oportunidades, exige um novo olhar sobre os papéis que os governos ou as agências do sector público e privado devem jogar na criação de infraestruturas mais eficientes e com melhores respostas ao desenvolvimento de África. O desafio é determinar as áreas em que as condições dum mercado competitivo podem funcionar e aquelas que requerem intervenção pública.

O Banco do Desenvolvimento da África Austral (DBSA), através de parcerias e mobilização dos seus recursos, contribui para esta oportunidade de liderança através do financiamento e necessário apoio as infraestruturas económicas. É através desta estratégia baseada no crescimento que o DBSA pretende agir como catalizador para a visão comum de uma região empoderada e integrada.

A exposição e eficiente distribuição de produtos financeiros e não-financeiros (ou conhecimento) e de serviços está no coração do DBSA.

A habilidade do banco de combinar o apoio financeiro e o conhecimento do desenvolvimento é o que distingue o DBSA das outras instituições financeiras comerciais. Através da sua oferta de produtos e serviços incomparáveis, o DBSA pode responder às necessidades dos seus clientes e de potenciais clientes numa forma inclusiva e sustentável. Neste contexto, o DBSA joga um papel triplo de financeiro, conselheiro e sócio para mobilizar finanças e peritos para projectos de infraestrutura e desenvolvimento.

“Dinheiro inteligente” tem como meta o desenvolvimento sustentável

O DBSA pretende ser uma fonte “de dinheiro inteligente” na África Austral que melhorará a eficiência financeira e operacional das companhias públicas e privadas para fazer crescer as economias de modo que a região se torne cada vez mais integrada, mais competitiva, melhor desenvolvida e mais rica.

“O dinheiro inteligente” refere-se aos fundos que são directamente direccionados para responderem às necessidades do desenvolvimento da região de uma maneira sustentável. Isto implica a estruturação das finanças de forma a poder responder às necessidades e, em alguns casos, isto pode envolver uma mistura apropriada de fundos que não sejam para o investimento tais como a assistência técnica para a edificação de capacidade ou de conhecimentos.

De modo a servir no seu mandato para promover o desenvolvimento económico na África Austral, o DBSA centra-se em sectores económicos que garantem um ambiente próprio para o desenvolvimento e o envolvimento do sector privado, e que contribuem substancialmente para a integração regional.

Neste contexto, o banco tem se centrado principalmente em serviços de energia, telecomunicações, transportes, turismo, mineração, agro-indústria, comerciais e financeiros.

O DBSA financiou cerca de 60 por cento das empresas públicas de energia que operam na região e o compromisso além do financiamento é ilustrado pelo relacionamento existente já há muito tempo com a Zâmbia Electricity Supply Corporation (Empresa provedora da Energia da Zâmbia)(ZESCO). Desde 1998, o banco tem ajudado a ZESCO a supera muitos desafios, através do investimento e assistência técnica extensiva, resultando que hoje a ZESCO é uma empresa comercializada a procura de novos mercados comerciais.

Os compromissos cumulativos do DBSA na SADC excedem 1,2 bilião de dólares norte americanos, e compreendem finanças a médio e longo prazos numa gama de divisas correntes para instituições públicas, privadas e projectos.

A distinta habilidade para investir em projectos do sector público e privado significa que o DBSA pode oferecer soluções precisas para as necessidades do desenvolvimento da região.

Parcerias inteligentes aprofundam o impacto do desenvolvimento

Como um parceiro, o banco favorece os actores públicos, privados e comunitários no processo do desenvolvimento. Combinando forças e compartilhando recursos nós podemos realçar a viabilidade comercial dos nossos projectos e ao mesmo tempo aprofundar o impacto do desenvolvimento do projecto.

O envolvimento do banco no Projecto de reabilitação do Porto de Maputo, como a primeira parceria Público-Privada com base em *Build Operate Transfer* (BOT) na África Austral, proveu conforto significativo aos credores privados e institucionais. O papel do DBSA, para além do financiamento de projectos, inclui facilitar a participação de outros credores e contribuir para a estruturação do negócio para assegurar o seu valor bancário.

A insistência do banco por um processo de planeamento inclusivo, transparente, participativo contribui significativamente para o sucesso dos projectos que este apoia, e permitiu o DBSA construir uma rede coesa de actores chave na região.

A participação do DBSA em grandes e complexos projectos tais como a Mozal, a estrada com portagens N4 entre Witbank e Maputo, o projecto do açúcar de Marromeu e o projecto das águas das terras altas do Lesotho resultou no fortalecimento de relacionamentos com instituições financeiras comerciais e de desenvolvimento.

Onde a participação de bancos comerciais é limitada por causa do carácter do empréstimo ou da percepção do risco do projecto, o DBSA criará parcerias com as suas congéneres Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD), doadores e Agências Multilaterais de concessão de empréstimos (MLA).

É este relacionamento reconhecido com as IFD internacionais, entre outras, que fez com que o DBSA ganhasse o mandato para liderar, organizar e subscrever a tranche da IFD de 1.47 bilião de randes do projecto do *pipeline* do gás da Sasol.

“Parceria é um princípio fundamental...o DBSA acredita que o desenvolvimento é co-criado com os outros.”

Desenvolvendo mercados financeiros locais para o crescimento económico

Para além do fornecimento de recursos financeiros limitados com longa maturidade, o DBSA pode creditar projectos de realce subscrivendo alguns dos financiamentos (dando assim, conforto ao mercado) ou dando garantia parcial de risco em forma de garantia onde possa haver falta de vontade do investidor ou o preço não reflecte adequadamente o risco.

O objectivo é desenvolver mercados locais de capitais, vistos como pré-requisito para galvanizar o capital local necessário para se alcançar o crescimento económico sustentável. Isto reduzirá a exposição das empresas ao risco das divisas, uma barreira crítica a execução de negócios na região.

DBSA tem estado envolvido em hipotecas na SADC, tal como a garantia incorporada de US\$7 milhões da Companhia Hidroeléctrica de Lunsemfwa nos incisos de 2004 na Zâmbia.

Também em 2004, juntamente com a Corporação Financeira Internacional (CFI), o DBSA estruturou e forneceu a cidade de Johannesburg uma garantia parcial de 40 por

cento por um período de 12 anos no valor de R1 bilião. Esta garantia teve um número de benefícios em que a hipoteca teve créditos mais elevados do que a das municipalidades, permitindo Johannesburg emitir títulos com uma maturidade mais longa com uma propagação substancialmente mais baixa.

Dado a necessidade de desenvolvimento de mercados de capitais, o DBSA reorientou-se para incluir serviços consultivos e organizar serviços para clientes que desejam levantar fundos e aumentar a sua base de capitais. A importância das empresas locais em criar emprego e aumentar a base de impostos é frequentemente enfraquecida pela falta de capital apropriado para apoiar investimentos a longo prazo.

O DBSA procura jogar um papel principal em remover este constrangimento ao desenvolvimento das empresas na SADC fornecendo linhas de crédito a longo prazo aos intermediários financeiros fortes com capacidade e mandato específico para apoiar este sector da economia.

DBSA estendeu diversas linhas de crédito aos intermediários em Angola, Maurícias, República

Unida da Tanzânia e Zâmbia. Acrescentando ao impacto que o financiamento a longo prazo oferece às economias locais, o DBSA assegura-se de que suas actividades sejam complementadas por transferência de conhecimentos e pela edificação da capacidade dos seus parceiros.

Com a NEPAD no apoio a integração regional

DBSA é reconhecido pela habilidade de fornecer instrumentos inovadores de uso das finanças, assegurando-se de que a sua participação d conforto aos investidores privados. Isto posicionou-o como o financeiro chave e como o canal ideal para os fundos internacionais dirigidos aos projectos da NEPAD.

Através da sua unidade africana de parceria, o banco pode fornecer uma revisão prévia dos projectos da NEPAD e recomendá-la nos critérios necessários para os projectos poderem ter valor bancário. Se necessário, o DBSA pode conceder assistência técnica e preparação do projecto por via da facilidade mista de preparação do projecto com a Agência Francesa de Desenvolvimento.

Os projectos regionais que receberam o apoio através desta iniciativa incluem o projecto do cabo submarino do leste de África e o Inter-conector Zâmbia-Tanzânia-Zâmbia-Tanzânia-Kenya.

Ter o secretariado da NEPAD no DBSA assegura de que o banco mantenha-se bem informado e muito mais próximo da NEPAD.

Um parceiro regional por excelência

A habilidade original do DBSA em fornecer financiamentos a longo prazo em diferentes moedas ao sector privado e público, combinado com a sua predisposição e mandato para tomar risco e seu largo foco em financiar projectos viáveis para promover o desenvolvimento sócio-económico, assegura sua posição como o parceiro regional por excelência.

Uma excelente rede e relações com actores chave na região, combinada com vastas experiências e compreensão profunda dos desafios no financiamento do desenvolvimento de infraestrutura, asseguram ao DBSA um papel central em realizar a visão comum de uma região livre da pobreza, inequidade e dependência.

Investidor

Contribuir para o fornecimento de serviços básicos e para promover o crescimento económico através do financiamento das infraestruturas.



Conselheiro

Para edificar a capacidade institucional, financeira, técnica e o conhecimento da capacidade para o desenvolvimento.

Parceiro

Para favorecer actores privados, públicos e comunitários no processo de desenvolvimento.

Parceiros no Conhecimento para o Desenvolvimento

OS PLANOS de desenvolvimento da SADC traçam metas e prazos para os objectivos nos vários campos da cooperação que variam da liberalização do comércio à convergência macroeconómica, desenvolvimento humano à segurança alimentar, desenvolvimento de infraestruturas à gestão ambiental, e igualdade do género à boa governação.

Um dos grandes desafios encontra-se agora no reforço de mecanismos para a monitoria e avaliação a fim de seguir o progresso rumo as metas traçadas. Para esta finalidade, um fluxo eficiente de informação e de conhecimento torna-se essencial.

A fim de responder aos desafios de uma implementação eficaz dos dois planos estratégicos, as parcerias da SADC com instituições do conhecimento devem ser reforçadas.

“Conhecimento é informação combinada com experiência, contexto, interpretação e reflexão...”

O Professor. J. A. Van Ginkel, antigo reitor da Universidade das Nações Unidas anotou que, “Uma África sem um sector próprio de conhecimento sustentável e forte permanecerá sempre numa posição dependente e perigosa.”

Uma característica do conhecimento é que este pode ser obtido de indivíduos, povos, e às vezes em rotinas e em processos organizacionais. É passado através dos meios de informação estruturados tais como documentos, *Internet* e interações pessoais. Um conhecimento novo é criado ou adquirido com a experiência, interacção e aprendizagem.

Nas organizações, o conhecimento torna-se frequentemente encaixado não somente nos documentos ou nos repositórios mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. O mesmo pode ser dito sobre os países e as comunidades regionais, incluindo a SADC.

Qualquer que seja a forma, o conhecimento certo necessita ser colhido, gerido e passado as pessoas certas no momento certo e deve ser relevante a qualquer aspecto do progresso social.

A SADC necessita de centros regionais fortes de conhecimento que compreendem inteiramente o contexto histórico da região e compartilham da sua agenda e visão do desenvolvimento, tal como o DBSA e o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), um parceiro antigo do conhecimento da SADC há mais de uma década, cujo fundador foi Mwalimu Julius Nyerere, o primeiro presidente dos Estados da Linha da Frente.

Num artigo a Comissão Económica para a África, Jacques L. Hamel diz, “à medida que vamos em direcção ao século XXI, as bases superiores do desenvolvimento do conhecimento, a posse do conhecimento e o capital do conhecimento são conceivelmente os recursos finais para o desenvolvimento sustentável do continente africano.”

Isto é pertinente para a SADC uma vez que a comunidade regional está a implementar o RISDP e SIPO.

África Austral

PANORAMA AMBIENTAL

O *SOUTHERN Africa Environment Outlook* (SAEO) 2005 avalia o estado actual do meio ambiente na região, fornece uma análise integrada e oferece uma reflexão sobre as tendências nas décadas passadas e nas que estão para vir.

O livro, a ser publicado na primeira metade de 2006, destaca questões ambientais emergentes na África Austral e apresenta cenários futuros para a região.

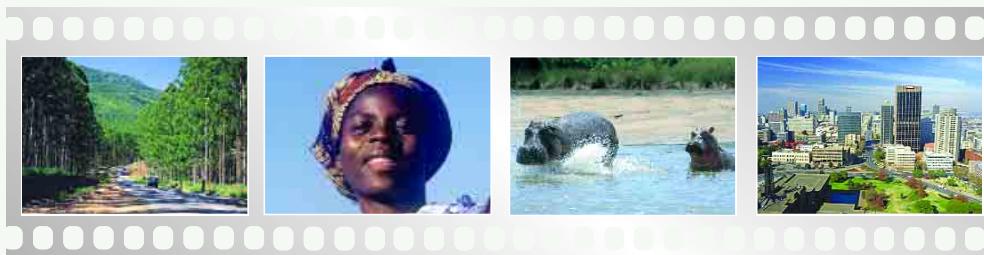
O SAEO aparece uma década após o primeiro Estado do Ambiente na África Austral publicado pela SADC e por parceiros nos finais de 1994, e cinco anos após o primeiro relatório sobre um único ecossistema, Estado Ambiental da Bacia do Zambeze 2000. A preparação do cenário foi baseada num processo consultivo e participativo abrangente na região, durante o qual o consenso foi construído em torno das perspectivas e das prioridades regionais.

Os resultados foram construídos em torno de um processo firme de desenvolvimento de dados e de indicadores. Em particular, os projectos regionais sobre sistemas de informação geográfica e sobre desenvolvimento de indicadores para avaliação do ambiente e produção de relatórios foram úteis ao processo.

Peritos das organizações especializadas e de instituições nacionais mandatados para produzirem o relatório sobre o estado do ambiente foram envolvidos no fornecimento de subsídios, bem como na revisão do manuscrito. Isto assegurou o equilíbrio regional, a credibilidade científica e a precisão do relatório.

Comunicando o programa do meio ambiente

Este processo foi coordenado pelo programa comunicando o Ambiente (CEP), que é uma parceria estabelecida há muito tempo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com a União de Conservação Mundial (IUCN) e o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) através do Centro de



Diversas questões abordadas no *Southern Africa Environment Outlook*

Recursos Ambientais Musokotwane para a África Austral (IMERCOSA).

IMERCOSA é o centro colaborador na África Austral para o Panorama Ambiental da África - Africa Environment Outlook (AEO) - e o Panorama Ambiental Global - Global Environment Outlook (GEO) - produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP).

O panorama ambiental da África Austral beneficiou de um processo de desenvolvimento de capacidade dirigido pela UNEP através da rede de informação do ambiente de África (AEIN). As áreas cobertas na iniciativa de edificação de capacidade incluem a avaliação e o relatório ambiental integrado, a análise de política, produção de cenários, gestão e a análise de dados.

O processo rumo a este panorama começou em 1998, inicialmente para construir a fundação através da identificação de questões, edificação do consenso sobre a estrutura ideal a ser usada na análise, bem como o acordo sobre uma série de dados e indicadores núcleo para apoiar a análise.

A pesquisa e a compilação de dados para os vários tópicos começaram em 2002, e os contribuintes foram contratados em 2003 para desenvolver os capítulos contendo dados e análises. A prioridade foi dada à pesquisa e à produção do manuscrito seguindo um encontro dos parceiros do CEP realizado pela SADC em Gaborone em Outubro de 2003.

Esta reunião reconheceu as metas para o relatório ambiental salientados no Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento

Regional (RISDP) e no facto de que 10 anos já decorreram desde o primeiro relatório regional.

Dez contribuintes foram contratados para pesquisar e escrever os capítulos. O esboço do manuscrito foi revisto num *workshop* regional na África do Sul. Isto deu aos interessados uma oportunidade para discutir os capítulos do esboço e a estrutura do relatório. Comentários do *workshop* e dos revisores regionais foram usados pelo editor técnico para finalizar os capítulos, a serem revistos pelos parceiros.

Embora este tenha sido um empreendimento ambicioso, julgou-se ser uma iniciativa digna que continuasse a mostrar os resultados das actividades e das parcerias da SADC, e é uma meta para os resultados do RISDP.

Estrutura

A abordagem tradicional do relatório ambiental na região focalizou-se em fronteiras, sectores ou recursos naturais nacionais. Neste relatório, as questões são apresentadas de uma forma integrada, usando a estrutura Resposta ao Estado das Motivações e Pressões (DPSIR).

As motivações e pressões são definidas como causas principais das mudanças ambientais, e podem ser naturais ou induzidas pelo homem. O estado é uma reflexão da situação actual e das tendências na última década, enquanto os impactos são consequências da mudança ambiental em sistemas humanos e ecológicos, e no potencial do desenvolvimento social e económico.

As respostas incluem políticas nacionais, planos, leis e estratégias, e acordos e estratégias regionais e globais para a cooperação.

A estrutura de DPSIR descreve desenvolvimentos sociais e processos naturais para explicar a mudança no estado ambiental, usando indicadores apropriados para mostrar tendências ao longo do tempo. É feita uma análise do impacto das várias pressões em ecossistemas e no bem-estar humano na região, e das respostas apropriadas que foram produzidas para mitigar os impactos articulados.

A abordagem integrada de avaliação e do relatório, através da estrutura DPSIR, responde a quatro perguntas que são chave para a eficaz tomada de decisão. As perguntas são:

- Que está a acontecer no meio ambiente?
- Porque está a acontecer?
- Que podemos fazer, e que estamos a fazer sobre isso?
- Que acontecerá se não agirmos agora?

Formato

O Panorama Ambiental da África Austral de 2005 contém nove capítulos, que se interligam dirigidos à região da África Austral, seu ambiente físico e a forma como seus povos interagem com os recursos.

O livro inclui uma vista geral regional e cobre tópicos tais como a terra, a atmosfera, recursos hídricos, recursos marinhos e litorais, florestas e madeira, animais selvagens, e estabelecimentos humanos.

O capítulo final do panorama é uma apresentação das tendências e os cenários, dados 10 anos, olhando em diante às análises das formas como os cenários irão ser vistos: Forças de Mercado,

continua na página 18

Impactos globais

Serão as actuais inundações na região um indicador da mudança do clima?

por Tigere Chagutah

A **TEMPERATURA** está aumentando no planeta, certamente devido ao aumento da emissão dos gases causados pela actividade humana, que começam a mostrar sinais em várias partes da região da SADC.

O debate sobre a mudança climática e a sua ligação aos desastres naturais foi avivado com as recentes inundações que afectaram algumas áreas da região depois de uma seca prolongada.

Falando na Conferência sobre Mudanças Climáticas das ONU realizada em Quebeque, em Canadá, em Dezembro de 2005, o secretário principal no Ministério das Terras, Habitação e Inspeção em Malawi, George Mkondiwa, disse que embora os cientistas locais ainda estivessem por publicar suas descobertas, não há nenhuma dúvida que as mudanças climáticas influenciaram as tendências climáticas na África Austral nas últimas décadas.

PANORAMA AMBIENTAL

continuação da página 17

Reforma De Políticas e um Mundo melhorado de fortalezas.

Apelo para A Acção

O SAEO é também um apelo para a acção, enfatizando a necessidade de se abordar o ambiente juntamente com o desenvolvimento, como uma opção para reduzir a pobreza e mover-se rumo ao desenvolvimento.

O objectivo chave é fornecer opções de políticas para inverter as actuais tendências ambientais da degradação na África Austral.

De interesse ao relatório é o progresso rumo à realização dos objectivos e de metas como mencionado nas estratégias chave continentais e globais

"Todos estão a fazer perguntas do tipo, '... Isto é ou não devido as mudanças climáticas?' Nós não pensamos que haja alguma dúvida que isto é devido às mudanças climáticas," disse Mkondiwa.

As cheias após chuvas contínuas e fortes que se registaram em muitas partes da África Austral de Dezembro de 2005 a Março 2006 causaram danos estruturais consideráveis, destruindo escolas, culturas, telecomunicações e estradas enquanto em alguns lugares, vilas inteiras foram inundadas causando a deslocação da população e animais domésticos para zonas mais altas.

Na Zâmbia, as inundações estragaram as fontes de energia depois da destruição da principal estação de energia hidroeléctrica em Kafue Gorge.

Ironicamente, em outras partes da região se registava secas severas fazendo com que Botswana, Malawi e a Zâmbia declarassem estado de catástrofe em presença de um ameaça de fome.

tais como o RISDP, NEPAD, Plano de Implementação de Johannesburg e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das NU (ODM).

Consequentemente a audiência alvo do livro inclui fazedores de políticas, nos governos, profissionais ambientais e organizações, instituições educacionais, sector privado, parceiros e agências de cooperação do desenvolvimento, parlamentos, jornalistas e editores, povos do sul e do norte.

O Panorama do ambiente de 2005 da África Austral é o começo de um processo a longo prazo contido no plano estratégico para a região, o RISDP, que apela para a produção de relatórios sobre o estado do ambiente em cada cinco anos.

Com as recentes pesquisas mostrando que devido ao aquecimento do Monte Kilimanjaro os gelos glaciares com 12,000 anos de existência estão a derreter de forma tão rápida que poderam deixar de existir em 2020, há uma preocupação geral de que a emissão excessiva de gases de estufa pode já ter criado mudanças climáticas irreversíveis.

A Ilha sub-antártica de Marion, 1.700 quilómetros a sudeste da cidade do cabo e o local de uma estação meteorológica sul africana, é um dos lugares mais isolados na terra e é apresentado por cientistas como um outro claro indicador do impacto do aquecimento global.

Os serviços Nacionais de Meteorologia da África do Sul tem vindo desde há 20 anos a mostrar que os padrões anuais de precipitação tem reduzido, mostrando a constante redução de chuvas

Há novos dados sobre a ilha em relação ao comportamento das chuvas, da temperatura, das plantas e dos animais. Eles revelam o decréscimo de n veis de chuvas mensais, o aquecimento cada vez maior em relação aos anos anteriores, a presença de ratos e a aparição de estranhas estirpes de vegetação.

A repartição regional dos Serviços Nacionais Sul Africanos de meteorologia tem monitorado testes anuais dos padrões das chuvas na Ilha de Marion desde há 20 anos, mostrando um declínio paulatino de 2,500mm a 1.750 mil metros, e diz, "... parece começar a ficar cada vez mais seca."

Os cientistas e oficiais do governo na África do Sul advertiram que tais mudanças poderiam ser comuns em toda a região à medida que aumenta a temperatura no planeta.

A África do Sul criou mecanismos de monitoria e pesquisa, e o Departamento de Assuntos Ambientais e Turismo apelou para que as questões do clima fossem integradas em todos os níveis do governo.

A variação do clima na bacia do Zambeze tem sido mais sentida com desastres naturais ligadas a água causadas por secas e por inundações, e isto piorou a insegurança alimentar. A variação no início da época húmida deixou os agricultores na bacia incertos sobre quando começar com o plantio.

De acordo com Mkondiwa, em 2004 os agricultores Malawianos que haviam plantado durante as primeiras chuvas com o conselho dos cientistas de extensão agrícola assistiram desoladamente seus produtos murcharem.

A Zâmbia experimentou nos anos recentes mudanças de épocas chuvosas e quando as chuvas vêm são intercaladas por períodos de seca. Isto resultou num déficit alimentar em 2005 dado que a produção caiu de 1,2 milhão de toneladas em 2004 a 866.000 toneladas métricas.

No projecto da SADC do Plano de Acção do Zambeze 6, fase II (ZACPRO 6,2), a actividade chave é o desenvolvimento das medidas para mitigar os efeitos de eventos extremos hidrológicos (cheias e secas).

De acordo com Jetter Sakupwanya, peritos em recursos hídricos do projecto ZACPRO 6,2, hidrólogos dos oito Estados da bacia encabeçam um processo para estabelecer sinergias com todos os departamentos meteorológicos da bacia. Mecanismos de aviso prévio e de comunicação na região ainda necessitam de ser melhorados.

Todos os países da SADC assinaram a Convenção da Estrutura das Nações Unidas sobre mudanças climáticas que os compele a regular níveis de concentração do gás de estufa na atmosfera para evitar a ocorrência da mudança do clima a um nível que impeça o desenvolvimento económico sustentável, ou comprometer iniciativas de produção de alimentos.

Todo o continente africano produz somente cinco por cento do total de gases de estufa no mundo inteiro.



Alta tecnologia no sistema de votação para Angola

ANGOLA PLANEIA introduzir um novo sistema de gestão eleitoral que permita aos eleitores se registarem electronicamente e serem

identificados através das impressões digitais.

O novo sistema foi revelado recentemente em Luanda pela Comissão Nacional de

Eleições do país (CNE) e pela comissão Inter-Sectorial para o processo eleitoral (CIPE).

O presidente da CNE, Caetano de Sousa, disse que o

sistema vai de encontro com as exigências do processo eleitoral e é rápido.

Anotou que o sistema servirá também para o registo dos eleitores, sendo estes identificados através das suas impressões digitais. (*Angola Press Agency*)

Couro Nguni para forros de assentos de carros

ÁFRICA DO Sul embarcou num projecto para transformar o couro das vacas Nguni em forros para assentos de carros.

O projecto é uma parceria entre a Universidade de Limpopo, o Departamento de Agricultura do Limpopo e a Corporação do Desenvolvimento Industrial (CDI) da África do Sul.

A CDI forneceu um financiamento, que será usado para compra do gado Nguni, construção de fábricas, formação dos farmeiros, pesquisa e outros recursos para levar o projecto adiante.

A Cada farmeiro lhe será dado três a cinco cabeças de gado para finalidades de procriação durante os próximos cinco anos.

O gado Nguni é indígena a África e foi escolhido para o projecto por ser resistente às secas, tem alta resistência aos



Couro do gado Nguni, impulsiona inovações na África Austral.

parasitas e forte imunidade contra às doenças causadas por parasitas.

O gado tem também marcas bonitas e as vacas podem produzir pelo menos 10 vitelos durante seu tempo de vida, um em cada ano.

A empresa de carros BMW mostrou interesse no projecto do gado Nguni. (*Bua News*)

Novas ervas medicinais em Zimbabwe prometem

ZIMBABWE DIZ que uma mistura de medicamentos herbáticos em testes clínicos no país provaram eficácia em prolongar a vida de pessoas que vivem com o HIV e SIDA.

De acordo com o Vice-Ministro da Saúde e Bem-estar da Criança, Edwin Muguti, testes clínicos feitos com ervas medicinais, chamadas localmente por gundamiti, provaram até agora que possuem propriedades curativas para as pessoas que vivem com o HIV.

As experiências clínicas começaram a 1 de Dezembro de 2005 com 45 pacientes.

Muguti disse que os resultados preliminares são incentivadores porque as condições dos pacientes sob terapia destas ervas melhorou bastante causando o desaparecimento de algumas infecções oportunistas.

“Eu posso afirmar com segurança que o CD4 desses pacientes aumentou, enquanto que a carga viral diminuiu,” afirmou o vice ministro, adicionando que, “esta combinação de ervas é muito segura sem registo de mortes e nenhum efeito colateral detectado até agora.” (*Daily Mirror*)

Namíbia introduz florestas comunitárias

ALGUMAS COMUNIDADES na Namíbia têm agora direitos de controlar florestas nas suas proximidades à luz dum novo programa.

O governo Namibiano alocou oito florestas no norte do país como florestas da comunidade e tem, com o apoio técnico do Serviço Alemão do Desenvolvimento (DED), oferecido formação em gestão e planeamento de florestas.

As oito florestas da comunidade nas regiões de Kavango e de Caprivi bem como Tsumkwe, são parte das 13 decretadas pelo governo Namibiano em Fevereiro.

A floresta da comunidade no nordeste da Namíbia (CFNEN) é um programa comum entre o Ministério da Agricultura, Água e Florestas, DED e do Banco do Desenvolvimento Alemão.

O projecto promove também o estabelecimento de pomares privados e hortas.

“Dentro das declaradas florestas comunitárias, as pessoas podem controlar o uso sustentável e a protecção de recursos florestais valiosos da madeira e outros, contra à sobre-utilização, colheita ilegal e incêndios,” disse o DED.

As comunidades têm agora direito de emitir licenças para o uso das árvores, lenha e de outros produtos da floresta, e podem ligar a utilização dos recursos aos planos de gestão e aos regulamentos ou leis relevantes. (*Namibian Economists*)

Fábrica de combustível derivado de Milho nos planos da África do Sul

A ÁFRICA do Sul está para embarcar num projecto de grande escala de transformação de milho em etanol depois do anúncio de um capital de risco de 1.1 bilião de dólares americanos para construir a primeira das oito fábricas do etanol nas principais áreas de produção de milho.

A fábrica do etanol será construída na área de Bothaville, que tem grandes quantidades de milho. Das 400.000 toneladas de milho produzidos em Bothaville anualmente, a fábrica é capaz de consumir cerca de 375.000 toneladas, de acordo com a África Etanol, uma das

companhias que está em frente do projecto.

Espera-se que a construção da primeira fábrica comece este ano e esteja na máxima produção em meados de 2007.

Espera-se que a fábrica produza mais de 470.000 litros do etanol por dia e que a iniciativa forneça até 12 por cento das necessidades de combustível da África do Sul até 2015.

A África Etanol foi estabelecida por farmeiros comerciais para transformar o milho excedente em bio-combustíveis não prejudiciais ao meio ambiente. Tem parceria da Sterling Waterford no projecto. (*Business Day*)

Prémio Óscar elevou o perfil da indústria cinematográfica regional

TSOTSI, O filme sul africano de drama, colocou a indústria cinematográfica da África Austral sob o olhar internacional ao ganhar o Óscar de melhor filme de língua estrangeira.

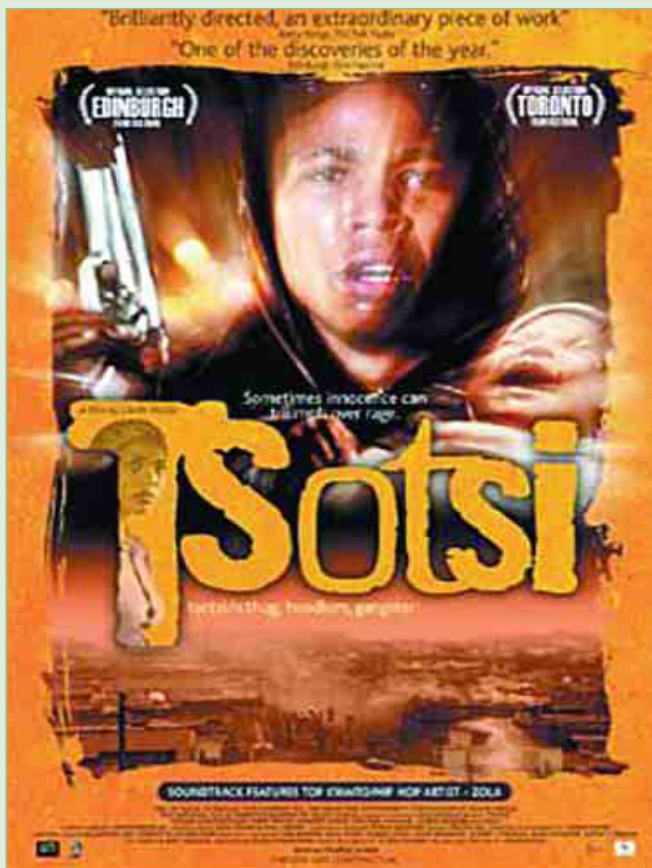
O filme é sobre um ladrão de subúrbio que aprendeu a tomar conta de uma criança cuja mãe ele baleou quando assaltava um carro. Esta foi a segunda vez que um sul africano foi nomeado para o Óscar, o reconhecimento ao mais alto nível que um filme pode obter nos Estados Unidos. A nomeação do ano passado foi para o filme *Yesterday*, um filme sobre uma mulher Seropositiva.

Dirigido e escrito por Gavin Hood, Tsotsi tem no papel principal Presley Chweneyagae como um jovem gangster violento que aprendeu o valor da vida humana após ter descoberto um bebé num carro que ele havia roubado. A sua visão de vida muda após ser forçado a cuidar do bebé.

Venceu outros quatro filmes que também concorriam para o prémio de melhor filme de língua estrangeira. Estes eram *Paradise Now* (Palestina), *Joyeux Noel* (França), *The Final Days* (Alemanha) e *Don't Tell* (Itália).

O Óscar para Tsotsi dramatiza o renascimento da indústria cinematográfica da África Austral e mostra os vastos talentos existentes na região.

A indústria cinematográfica da região passou por grandes



mudanças desde os finais dos anos 90 e tem nos recentes anos passados produzido filmes vencedores de prémios tais como *Everyone's Child* pelo produtor de filmes Tsitsi Dangarembga de Zimbabwe e *Fools*, um esforço conjunto entre a Casa Africana de

produção, Native At Large, e Multimedia Ebano de Moçambique.

Outros países da região tal como Angola, Maurícias e Moçambique produziram curtas metragens que participaram em festivais internacionais.

A cooperação regional foi crucial para o desenvolvimento da indústria, com eventos tais como o Festival Internacional de Filmes de Zanzibar, Festival Internacional de filmes de Zimbabwe e Festival Mundial de Cape Town jogando um papel importante.

Projecto teatral para "Salvar a Geração actual"

ARTISTAS E a juventude da África Austral beneficiarão de um projecto continental sobre a luta contra o HIV e SIDA através do teatro.

O projecto do teatro fantoche resultou de uma das resoluções alcançadas por representantes da organização, Centro do Teatro Africano para Crianças e jovens, no seu encontro anual na República Unida da Tanzânia em Março.

O teatro fantoche é uma forma inovadora de fazer passar a mensagem sobre o HIV e SIDA às crianças e aos jovens.

O projecto visa permitir que os jovens contribuam para o alívio do HIV e SIDA suplementando os esforços dos seus governos. É para artistas nacionais da África Austral, África ocidental e do leste, e será executado sob o tema, "Salve esta geração".

A SADC é representada por Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e pelo Zimbabwe. Outros países participantes são Benin, Burundi, Cameroon, Ghana, Kenya, Nigéria, Rwanda e Uganda.

Os 18 países são membros da Associação Internacional de Teatro para Crianças e Jovens. O Programa Africano de Cooperação e interacção é financiado pela Agência Sueca do Desenvolvimento da Cooperação Internacional (Sida). (*New Era*)

Moçambique acolhe concurso Musical

APROXIMADAMENTE DEZ grupos de cinco países da SADC irão participar num concurso musical regional em Moçambique.

O Concurso de Música *Crossroads* da África Austral ocorre de 27-30 de Abril e juntará grupos musicais do Malawi, Moçambique, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

O espectáculo é parte dum programa internacional que empodera jovens de idades compreendidas entre 15 e 25 anos com habilidades musicais e educação sobre HIV e SIDA.

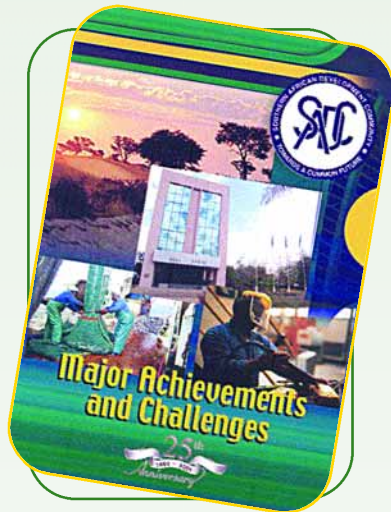
Procura também aumentar o nível do profissionalismo entre músicos e serve como plataforma para o lançamento das suas carreiras. Incentiva os participantes a se orgulharem das suas heranças culturais.

Cada competição é precedida por um *workshop* onde os jovens músicos aprendem habilidades do *marketing*, relações públicas, gestão da música, negociação do contrato, leis dos direitos de autor e reprodução.

Os vencedores terão direito a uma viagem a Europa e a um contrato de gravação.

Este concurso foi iniciado pela Jeunesses Musicales International (JMI) reconhecida como uma rede pioneira global para a juventude e a música. JMI tem membros em 70 países no mundo inteiro.

A agência norueguesa para o Desenvolvimento da Cooperação, a Agência Sueca para o Desenvolvimento da Cooperação Internacional e a UNESCO financiam o programa desde 1996.



SADC: Major Achievements and Challenges – 25th Anniversary 1980-2005

ESTE LIVRO foi publicado em comemoração dos 25 anos de cooperação e integração regional desde a fundação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que nutriu confiança e um espírito de solidariedade que deu origem à fundação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) estabelecida com o tratado de Windhoek em 1992.

O livro mostra o perfil “duma região com potencial”, seu legado histórico e explica a reestruturação institucional e seu financiamento. Revê as políticas e as estratégias, incluindo o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e o Órgão da SADC para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO).

Muitas realizações são anotadas, especialmente a assinatura e a ratificação de inúmeros protocolos em áreas tais como o comércio, finanças e gestão de recursos humanos compartilhados, acordos sobre o açúcar, têxteis e vestuário entre outros, e estabelecimento do Grupo de Energia da África Austral (SAPP).

O livro apresenta também os actuais desafios que a região enfrenta, incluindo o HIV e SIDA, os desafios sócio-económicos e de recursos humanos, desafios políticos, defesa e segurança, bem como a integração regional, reestruturação institucional, e harmonização e execução de políticas.

Em desfecho, o livro revê o caminho em frente uma vez que a SADC se move rumo a níveis mais altos de integração como um bloco de edificação da União Africana.

O livro está disponível no secretariado da SADC registry@sadc.int ou <http://www.sadc.int>

Africa: Speaking with Earth and Sky

ESTE PRECIOSO livro toca um mundo de riqueza de pesquisa e experiência para descrever o relacionamento entre os Africanos e o nosso meio ambiente, incluindo a conservação da terra por aqueles que tiveram uma longa ligação com ela durante o tempo. Este apresenta imagens surpreendentes e incomuns de filmes que podem durar somente segundos ou meio segundo em tela.

As imagens neste livro são excepcionais não somente pelo seu impacto visual e beleza, mas pela

visão que comunicam do indivíduo com o mundo físico e sua exploração do relacionamento entre povos e animais, o físico e o espiritual.

O livro de 154 páginas foi escrito por Damon e Craig Foster com Michael Hutchinson, e o prefácio foi escrito pelo presidente sul africano, Thabo Mbeki. Publicado em 2005 por New Africa Books na cidade do Cabo, esta fonte de conhecimentos e imagens está nas livrarias ou contacte o publicador info@newafricabooks.co.za Website <http://www.newafricabooks.co.za>

PUBLICAÇÕES

What UN for the 21st Century? A New North-South Divide

The South Centre, 2005

170pp.

Por Debbie Blackburn, Snowy Khoza e Graham Tate

África do Sul, Banco de desenvolvimento da África Austral, 2003

61pp

Internacionalmente, é reconhecido que sociedade incorporada está na alçada de um novo horizonte no qual o capital intelectual está rapidamente a tornar-se a nova moeda. Neste contexto, a questão de implementação da forma de gestão do conhecimento para fazer as coisas torna-se de importância crucial e permiti-la-á de estar mais próxima das tendências globais emergentes.

Adoptando este trajecto o banco permite a si próprio a liberdade de aplicar recursos institucionais a todos os tipos de desenvolvimento sócio-económico.

Disponível em cópia e formato electrónico no departamento do Desenvolvimento da Informação do DBSA, Unidade De Negócio, Caixa Postal 1234, Halfway House, 1685

Midrand, África do Sul. E-mail debbieb@dbsa.org Website:

<http://www.dbsa.org>

Why Developing Countries Need Tariffs? How WTO NAMA Negotiations Could Deny Developing Countries' Right To A Future

Switzerland, Geneva, South Centre, 2005

170pp.

Esta é uma coleção de comentários e documentos de trabalho preparados no contexto do mais recente esforço para a reformar das Nações Unidas. Começa com o documento intitulado “Multilateralism

besieged”, que foi submetido em Junho de 2004 como um insumo aos procedimentos ao mais alto nível do painel sobre ameaças, desafios e mudança. Termina com um comentário sobre o relatório do Secretário Geral das NU “In Large Freedom: Rumo ao desenvolvimento, segurança e direitos humanos para todos”, que foi circulado nos Estados membro do grupo dos 77 em Junho de 2005.

Disponível em formato electrónico e em cópia no South Centre, POB 228, Chemin du Champ d'Anier 17,1211 Geneva 19, Switzerland. E-mail: south@southcentre.org. Website: <http://www.southcentre.org>.

Knowledge Management and the Development Bank of Southern Africa: A Knowledge Strategy

Por Ha-Joon Chang

Switzerland, Geneva, South Centre, 2005

129pp.

Se for para se cumprir com as promessas de desenvolvimento feitas em Doha e impedir a criação de uma economia mundial dividida por um foço crescente entre ter e não-ter, os actores poderosos na Organização Mundial do Comércio (WTO) devem assegurar-se de que qualquer acordo NAMA (Acesso ao Mercado Não-Agrícola) dê aos países em desenvolvimento maior espaço político possível de modo que possam estudar o que é bom para eles e encontrar suas próprias maneiras de conseguir-lo. Uma suspensão imediata das negociações NAMA até um novo texto e pro-desenvolvimento ser concordado seria um lugar bom para começar.

Disponível electrónicamente e em cópia no South Centre, Geneva, Switzerland. E-mail: south@southcentre.org Website: <http://www.southcentre.org>.



SADC HOJE é produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e um guia para os decisores a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente nos média e outras publicações, citando a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Bayano Valy, Eunice Kadiki, Mukundi Mutasa,
Chenai Mufanawejingo, Patson Phiri, Joseph Ngwawi,
Chipo Muvezwa, Alfred Gumbwa, Maidei Musimwa,
Pamela Mhlanga, Phyllis Johnson

ASSESSORA EDITORIAL

Leeefa Penhupifo
Chefe da Unidade das Corporações de Comunicação da SADC

TRADUTOR

Figueirido Araújo

SADC HOJE é publicada seis vezes ao ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC), para o secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte de conhecimentos fiável sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. O conteúdo considera os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, como essenciais ao desenvolvimento da região.

© SADC, SARDC, 2006

SADC HOJE recebe de bom grado contribuições individuais e de organizações na região da SADC sob a forma de artigos, foto, notícias e comentários, bem como artigos relevantes de fora da região. É pago um montante padrão pelos artigos, fotos e ilustrações usados na publicação. O editor reserva-se ao direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e a editar segundo o espaço disponível. Os conteúdos não reflectem necessariamente as posições e opiniões oficiais da SADC ou SARDC.

Assine Hoje

SADC HOJE encontra-se disponível através de uma assinatura anual. Pa seis edições por ano, o valor é de US\$75 para fora de África, US\$55 para o resto da África e US\$45 dentro dos países da SADC. A sua assinatura permiti-lo-á a receber a revista por correio aéreo ou electrónico. Para mais detalhes sobre assinaturas, por favor contacte o Editor

SADC HOJE é publicada em Inglês e Português bem como disponível em formato electrónico em Francês, Inglês e Português nos *websites* www.sadc.int www.sardc.net.

COMPOSIÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya
Arnoldina Chironda

FOTOS & ILUSTRAÇÕES

p1, Escritórios do governo da província de Malange em Angola; 4, Secretariado da SADC; 5, 11, 14 (três), Copyright South African Tourism; 6, SARDC; 12, (um) UNDP; 12 (dois), 13, (dois) CDF; 7, (topo 2) Eskom, (em baixo) NamPower; 8, DWAF África do Sul; 9, Juakali Kambale; 12, (três) DEAT; 12 (quatro), 13 (um, quatro), 14 (quatro), 24, APG; 13, (três) NamPort; 14, 18 Illustrative Options; 15, DBSA; 21, MalGo Media Services, Ltd.

ORIGEM & IMPRESSÃO

DS Print Media, Johannesburg

A correspondência deve ser endereçada à:

O Editor, SADC TODAY

SARDC, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe

Tel 263 4 791141 Fax 263 4 791271

sadctoday@sardc.net

or

ou SADC HOJE

SARDC, Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo, Moçambique

Tel 258 1 490831 Fax 258 1 491178

sardc@maputo.sardc.net

Website do projecto Informação 21

www.sadc.int www.sardc.net; www.ips.org; www.saba.co.za

SADC Hoje é apoiada pelo governo belga, sob o projecto Informação 21 da SADC, cujo objectivo é reforçar a integração através da Informação e partilha de conhecimento, baseada nas relações e afinidades históricas, sociais e culturais e ligações entre os povos da região, e na promoção da agenda da SADC para o século 21.

Agradecimentos ao Banco de Desenvolvimento da África Austral pelo apoio generoso a esta edição especial da SADC Hoje

Agradecimentos às seguintes Linhas Aéreas por ajudarem na distribuição da SADC Hoje: Air Botswana, Air Malawi, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namibia, South African Air ways, TAAG Linhas Aéreas de Angola, Zambian Air ways and Air Zimbabwe.

DIÁRIO DE EVENTOS 2006

Abril
2-5 África do Sul

Conferência Mundial sobre a Prevenção de acidentes e a Promoção da Segurança

O tema é "Dados para Acção". O enfoque da 8ª conferência é como a informação sobre acidentes e segurança pode ser traduzida na criação de políticas e de práticas. Os investigadores dos acidentes e segurança, profissionais e decisores participarão na conferência.

25-30 Zimbabwe

Festival internacional de Artes de Harare

Uma celebração multi-cultural de artes, englobando o teatro, as artes visuais, a dança e a música atrairá participantes de toda a África Austral e de outras partes do mundo.

26-27 Namíbia

Conferência consultiva da SADC

Desde a última conferência consultiva em 2002, a SADC desenvolveu uma Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional de 15 anos (RISDP) que fornece direcções estratégicas para os programas da SADC. A conferência consultiva de 2006 visa fazer *marketing* do RISDP e do Plano Indicativo Estratégico do Órgão sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO). O foco estará na mobilização dos recursos para a execução dos planos e da adopção da Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria SADC/PCI. Os parceiros de cooperação internacionais, os representantes da sociedade civil, o sector privado e os governos assistirão à conferência sob o tema: "Parceria para a Implementação do RISDP e do SIPO".

27-30 Angola

Feira Internacional de Minas

Uma feira internacional de minas organizada pelo Ministério da Geologia e Minas, Companhia diamantífera de Angola e a Expo Angola, para mostrar a indústria de mineração do país, estabelecer novas parcerias e fontes de financiamento para o sector.

Maior
24-26 Etiópia

Conferência internacional sobre TICs para o desenvolvimento

A conferência é um evento de edificação de capacidade para os stakeholders acoplados no planeamento e na execução da aprendizagem baseada na tecnologia e formação em África. Apoiado pela Comissão das Nações Unidas para África, a conferência será acompanhada por uma exibição.

31 -2 Junho
África do Sul

Cimeira Económica Africana

Organizada pelo fórum económico mundial, a cimeira junta o sector privado, a sociedade civil e os líderes políticos para discutir o comércio e as oportunidades de investimento em África.

Junho
17-20

Feira do livro da cidade do cabo, África do Sul

Em parceria com a feira do livro de Frankfurt, a Associação dos publicadores da África do sul realizarão a primeira feira internacional do livro no país. A ser realizada na cidade do cabo no centro de convenção internacional da cidade do cabo, a feira mostrará publicadores internacionais e locais líderes, e espera-se atrair milhares de visitantes.

21- 23

Adjudicação regional dos prémios dos meios de comunicação da SADC

Um sub-committee da SADC adjudicará as entradas para as concessões de prémios de 2006. Este ano as concessões dos prémios focalizarão no HIV e SIDA para incentivar a disseminação da informação sobre a pandemia.

12 anos desde 27 de Abril de 1994

Não nos esqueçamos...

A longa estrada à liberdade da África do Sul

A **ESTRADA** para a liberdade na África do Sul foi perturbada pela discriminação racial institucionalizada, a brutalidade e as incursões transfronteiriças alvejando os movimentos de libertação e seus apoiantes.

Através duma série de leis repressivas, os regimes sul africanos sucessivos fortaleceram o sistema da supremacia branca e privaram de direitos milhões de negros, indianos e povos de raça mestiça.

A aprovação das leis do apartheid em 1948 institucionalizou a discriminação racial. As leis da raça tocaram todos aspectos da vida social, incluindo a proibição da união entre brancos e povos que não fossem brancos, e introdução "de trabalhos somente para brancos".

As autoridades Bantu de 1951 foram usadas para criar governos étnicos nas reservas africanas, conhecidas como "terras da casa". As "terras da casa" eram os Estados "independentes" a que todos os não-brancos foram atribuídos de acordo com o registo da origem, mesmo que muitos deles não vivessem realmente nestas áreas.

Todos os direitos políticos, incluindo o voto, dados aos não-brancos foram restringidos às designadas "terras da casa". A ideia era de que seriam cidadãos da "terra da casa", perdendo a sua cidadania na África do Sul.

As terras da casa desnacionalizaram milhões de sul africanos que se transformaram em estrangeiros no seu próprio país depois da introdução de uma exigência de posse de passaportes para entrar na África do Sul.

O acto do registo da população de 1950 requereu que todos os sul africanos estivessem classificados racialmente em uma das três categorias: branco, preto (africano) ou mestiço, com o último incluindo subgrupos principais dos indianos e dos asiáticos.

Todos os pretos foram requeridos carregar documentos de passagem (passe) contendo impressões digitais, foto e informação que determinavam onde poderiam viver e trabalhar.

A resistência ao sistema do apartheid conduziu eventualmente à lei da maioria em 1994. A resistência veio dos movimentos dos pretos, indianos e mestiços, partidos políticos e outros países, organizações e indivíduos.

Conduzida pelo Congresso Nacional Africano (ANC) da África sul e pelo Congresso Indiano Sul Africano, os sul africanos lançaram uma campanha de luta em 1952 em que abandonaram tácticas de moderação tais como petições a favor do protesto militar. Isto incluiu acções maciças, boicotes, protestos e a desobediência civil.

Em Março de 1960, aproximadamente 300 sul africanos pretos em Sharpeville recusaram carregar seus passes, tendo resultado num estado de emergência. A emergência durou 156 dias, deixando 69 pessoas mortas e 187 feridos.

O Massacre Sharpeville, como o evento tornou-se conhecido, sinalizou o início da resistência armada na África do Sul, e apelou a condenação mundial das políticas do apartheid da África do Sul.

Todos os vizinhos da África do Sul até à República Unida da Tanzânia - independentes a mais tempo mas alvos da campanha de desestabilização do regime do apartheid - apoiaram logística e moralmente refugiados e guerrilheiros sul africanos da liberdade.

Responsabilidades da independência

"A **NOSSA** conquista da independência nos impõe uma pesada responsabilidade, de defender não somente a nossa liberdade ganha de forma dura, mas ajustar também para nós, padrões elevados da igualdade, justiça e oportunidades para todos, independentemente da raça, a crença ou cor." - Sam Nujoma, primeiro presidente da Namíbia, no pós independência no seu discurso de tomada de posse a 21 de Março de 1990, data da independência.



Mwalimu Julius Kambarage Nyerere junta os solos de Tanganyika e Zanzibar numa cerimónia para marcar a união como a República Unida da Tanzânia a 26 de Abril de 1964.

Feriados Públicos na SADC - Junho 2006

4 de Abril	Dia Nacional da Paz e Reconciliação	Angola
7 de Abril	Dia da Mulher Moçambicana	Moçambique
7 de Abril	Dia do Sheik Abed Amani Karume	Tanzânia
14 de Abril	Sexta-Feira Santa	Todos excepto Maurícias, RDC, Moçambique, Madagáscar
15 de Abril	Feriado Público	Botswana
15 de Abril	Sábado Santo	Zâmbia
15 de Abril	Sábado da Páscoa	Zimbabue
16 de Abril	Dia da Páscoa	Namíbia
17 de Abril	Segunda da Páscoa	Todos excepto Maurícias, DRC, Moçambique
17 de Abril	Dia da Família	África do Sul
18 de Abril	Dia da Independência	Zimbabue
19 de Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
21 de Abril*	Dia de Maulid	Tanzânia
25 de Abril	Dia da Bandeira Nacional	Suazilândia
26 de Abril	Celebração da União	Tanzânia
27 de Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
1 de Maio	Dia do Trabalho	Botswana, DRC, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Swazilândia, Zâmbia
1 de Maio	Dia dos Trabalhadores	Angola, Lesotho, África do Sul, Tanzânia, Zimbabue, Namíbia
4 de Maio	Dia de Cassinga	Namíbia
25 de Maio	Dia da ascensão	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia, Swazilândia
25 de Maio	Dia da Liberdade de África	Angola, Zâmbia
25 de Maio	Dia dos Heróis de Africanos	Lesotho
25 de Maio	Dia de África	Namíbia, Zimbabue
1 de Junho	Dia International das Crianças	Angola
5 de Junho	Segunda Feira <i>Whit</i>	Madagáscar
14 de Junho	Dia da Liberdade	Malawi
16 de Junho	Dia da Juventude	África do Sul
25 de Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 de Junho	Dia da Independência	Madagáscar
30 de Junho	Dia da Independência	RDC

* Dependente da visibilidade da lua